

Crise política gera funcionamento simultâneo de comissões parlamentares de inquérito no Congresso

Trabalho das CPIs exige maratona de parlamentares

Audiências nas CPIs e análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) forçam o ritmo de trabalho dos parlamentares nesta semana, a exemplo do que ocorreu na semana passada. A CPI dos Bingos toma seu primeiro depoimento, enquanto a CPI dos Correios ouve ex-dirigentes da estatal.

PÁGINAS 3 A 6



FERNANDO DONASCI/FOLHA IMAGEM



ROOSEWELT PINHEIRO/ABR

Tesoureiro licenciado do PT, Delúbio Soares terá sigilos analisados pela CPI dos Correios, dirigida pelo senador Delcídio Amaral e pelo deputado Osmar Serraglio

Povo vai decidir sobre armas

A população brasileira vai dizer, em 23 de outubro, se deseja ou não que a venda de armas e munições seja proibida no país. O projeto que convoca o referendo foi promulgado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

PÁGINA 9

ORÇAMENTO

Falta de acordo sobre CPIs dificulta votação da LDO

A Comissão Mista de Orçamento marcou para esta terça-feira o exame do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias. A oposição condiciona a aprovação da proposta à garantia de que as CPIs funcionarão durante o recesso parlamentar.

PÁGINA 7



INSTITUTO SOU DA PAZ

Praça da Sé, em São Paulo: sociedade usou vigília como arma contra a violência

— cidadania —

Você também pode sugerir leis ao Senado

PÁGINA 16

Em vigor emenda que restitui direitos de servidores

O Congresso promulgou a chamada PEC Paralela, que restitui aos servidores públicos alguns direitos retirados pela reforma da Previdência de 2003.

PÁGINA 8

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 13
FRASES	Página 13
VOZ DO LEITOR	Página 13
CONHEÇA O SENADO	Página 15

gendagendaendagendaendagengendgend **agenda** gendagendagendagendagendaendaagend



Governo e oposição articulam para acabar com contribuição obrigatória para os partidos políticos

Proibição de dízimo será votada nesta quarta-feira

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em sua reunião desta quarta-feira, às 10 horas, deverá votar parecer do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) favorável ao projeto do senador José Jorge (PFL-PE) que impede os partidos políticos de cobrar contribuição obrigatória para seus filiados ocupantes de cargos de qualquer natureza na administração pública. A proposição altera artigo da Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

Na justificativa do projeto, José Jorge explica que sua iniciativa busca evitar que um partido político use a máquina pública em proveito próprio. Ele cita o caso do Partido dos Trabalhado-

res, do presidente da República. Analisando dados que teriam sido fornecidos pela Casa Civil da Presidência da República e publicados pela imprensa, o senador pernambucano estima que o PT foi responsável pela indicação de 21 mil cargos, o que implica em um faturamento de R\$ 30 milhões por ano.

Embora não se possa atribuir ao partido governista qualquer intenção de investir contra a democracia, não pode haver dúvida quanto ao diagnóstico: estamos perante um caso de tentativa de dissolução das fronteiras entre

o Estado e o partido - afirma Alvaro Dias, concordando com o autor do projeto, que tramita de forma terminativa na CCJ.

Também está incluído na pauta da CCJ parecer do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) favorável ao projeto do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que altera o Código de Trânsito Brasileiro para tornar obrigatório nos veículos o uso de equipamentos de segurança como *air bag* frontal para o condutor e os passageiros do banco dianteiro, barras de proteção lateral e arco de proteção superior.

Projeto de lei do senador José Jorge tem parecer favorável na CCJ

Cheque pré-datado será regulamentado por lei

Projeto que visa regulamentar o uso do cheque pré-datado está na pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) prevista para ocorrer na terça-feira, a partir das 10 horas.

O projeto de lei é de autoria do então senador Duciomar Costa (PLS 285/04) e passa a nomear este documento como "cheque promissivo". Na justificativa do projeto, ele

argumentou que o pré-datado - que chama de pós-datado - "tem uma utilização muito grande no cotidiano das relações comerciais e, apesar de não haver dispositivo legal que o regulamente, tal prática é reconhecida pela jurisprudência dos tribunais superiores". O então senador - hoje prefeito de Belém (PA) - ainda explicou que, enquanto não houver dispositivo legal autorizando o uso do pré-datado, quem emite este tipo de cheque ficará desprotegido contra seu

pagamento antecipado, "o que gera insegurança àqueles que se utilizam dessa forma de acesso ao mercado consumidor".

O projeto recebeu parecer favorável de seu relator, o senador Mão Santa (PMDB-PI).

Comissão pode autorizar empréstimo de US\$ 33 milhões à Embrapa

Também está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos mensagem da Presidência da República

(146/05) que solicita a aprovação da contratação de um empréstimo de US\$ 33 milhões, a ser contraído pelo governo brasileiro junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos, se liberados, serão utilizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro (Agrofuturo).

A pauta da CAE tem um total de 29 itens, a maior parte deles de caráter terminativo.



O senador Mão Santa apresentou relatório favorável ao projeto de lei que regulamenta o cheque pré-datado

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão não deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Informática - O projeto que tramita em urgência define os crimes de informática e determina que informações mantidas em redes de computadores só possam ser acessadas por terceiros autorizados ou por ordem judicial (PLC 89/03). **Autor:** deputado Luiz Piauhyllino. **Relator:** senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Licença-maternidade - Proposta de emenda à Constituição que concede licença-maternidade às mulheres que adotarem filhos poderá ser votada em primeiro turno. **Autora:** senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). **Relatora:** senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Meteorologia - Também pode ser votada, em primeiro turno, a proposta de emenda à Consti-

tuição que define a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. O autor é o senador Osmar Dias (PDT-PR) e a relatora é a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

QUARTA-FEIRA

10h - Sessão conjunta do Congresso Nacional

Orçamento - A previsão é que o Congresso vote na sessão deste dia a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006. A votação da LDO dá início ao recesso parlamentar e vai definir se haverá ou não sessão nos Plenários da Câmara e do Senado.

14h - Agenda em aberto

QUINTA-FEIRA

14h - Agenda em aberto

SEXTA-FEIRA

9h - Agenda em aberto

TERÇA-FEIRA

9h - CPI MISTA DOS CORREIOS

Direção da ECT - A CPI ouve os ex-diretores de Administração, Antônio Osório, de Tecnologia, Eduardo Medeiros, e de Operações da estatal, Maurício Madureira. São as áreas responsáveis pela gerência dos principais contratos dos Correios.

10h - ASSUNTOS ECONÔMICOS

Dívidas rurais - O primeiro item da pauta é a proposta que prevê a repactuação de dívidas com operações de crédito rural (PLS 517/03). **Autor:** senador César Borges (PFL-BA). **Relator:** senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Irregularidades - A comissão também analisa ofício que comunica irregularidades em operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Liberato Salzano (RS) e a empresa Rio-Grandense de Energia.

Comissões

17h30 - COMISSÃO MISTA DO ORÇAMENTO

LDO - A comissão retoma a análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006, que vai definir o recesso parlamentar. Desde a semana passada os líderes buscam acordo para que a proposta seja votada, sem sucesso. A reunião será precedida de novo encontro entre as lideranças.

QUARTA-FEIRA

9h - CPI MISTA DOS CORREIOS

Correios - Serão ouvidos o presidente da Skymaster Airlines, Luiz Otávio Gonçalves, e os dois últimos presidentes dos Correios, Ailton Langardo Dipp e João Henrique de Almeida Souza. A Skymaster, que opera a Rede Postal Noturna da ECT, está

com os contratos sob suspeita de superfaturamento.

10h - CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Dízimo - Em pauta, proibição do dízimo partidário, como é conhecido o percentual cobrado pelas legendas dos filiados que exercem funções de indicação política. **Autor:** senador José Jorge (PFL-PE). **Relator:** senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Compra de votos - A CCJ deve votar, em turno suplementar, proposta determinando que as ações contra candidatos suspeitos de compra de votos valem no período entre a convenção partidária e os dois meses que se seguem ao dia da eleição (PLS 76/03). **Autor:** senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). **Relator:** senador Marcelo Crivella (PL-RJ).



CRISE POLÍTICA Depois de um começo de ano com pauta travada, parlamentares enfrentam maratona de trabalho

CPIs aceleram ritmo do Congresso



CORRUPÇÃO

Ao contrário dos primeiros meses do ano, em que as Casas do Congresso estiveram com pautas travadas, impedidas de realizar votações e paralisadas pelas denúncias de corrupção, depois de instaladas as CPIs os parlamentares realizam, em pleno mês de julho, uma verdadeira maratona. Audiências em CPIs, e a análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), entre outras propostas importantes, tomam a agenda do Legislativo, a exemplo do que aconteceu na semana passada.

Esta semana, a CPI dos Bingos toma seu primeiro depoimento ao ouvir, na quarta-feira, o empresário do setor de jogos, Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, que apareceu em vídeo divulgado em fevereiro de 2004 negociando propina com o ex-assessor parlamentar da Casa Civil, Waldomiro Diniz (veja pág. 5). Paralelamente, a CPI dos Correios continua a ouvir ex-dirigentes das estatais, enquanto analisa os documentos de quebra de sigilos dos principais acusados de irregularidades, como os deputados José Dirceu (PT-SP) e Roberto Jefferson (PTB-RJ).

Já na terça-feira, a CPI Mista do Mensalão deve estar em condições de começar a funcionar. Depois de ter sido instalada na semana passada, a comissão espera as indicações dos membros – 17 senadores e 17 deputados – pelas lideranças partidárias. Para isso, o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, marcou reunião com os líderes nas duas Casas (veja pág. 5).

Caso a LDO seja aprovada em sessão do Congresso marcada para a quarta-feira, apenas a CPI dos Correios deve continuar em funcionamento. E ela já terá muito trabalho, tendo em vista que, nas últimas reuniões, os parlamentares da comissão deci-



A CPI dos Correios, presidida pelo senador Delcídio Amaral (C), deverá ser a única a funcionar durante o recesso parlamentar

diram convocar o secretário-geral e o tesoureiro licenciados do PT, Sílvio Pereira e Delúbio Soares, respectivamente. A audiência dos dirigentes está prevista para a semana que vem, mas a oposição ainda vai insistir para que eles sejam ouvidos antes (veja quadro nesta página).

Essa linha de ação da CPI dos Correios foi reforçada pelos depoimentos do empresário Marcos Valério e pela sua ex-secretária, Fernanda Karina Somaggio. Enquanto os fatos narrados pela secretária se encaixam nas denúncias de existência de um esquema de corrupção, Valério se recusou a dar detalhes sobre o destino de saques feitos de suas contas. Por já terem identificado mentiras no depoimento de Valério, que teria mais a contar, os integrantes da CPI adiantam que ele terá que voltar para novo depoimento ou mesmo em uma acareação com seus principais acusadores, como a ex-secretária e Roberto Jefferson (veja pág. 4).

Sigilos de deputados já estão disponíveis

Os protagonistas da atual crise política, deputados José Dirceu (PT-SP) e Roberto Jefferson (PTB-RJ), já estão com seus sigilos bancário, fiscal e telefônico à disposição da CPI Mista dos Correios. Com essas decisões, ela se consolida como principal fórum de investigações das denúncias de corrupção em estatais e de compra de votos de deputados por meio do “mensalão”.

As decisões não foram tomadas tranquilamente. O clima esquentou quando, fugindo de um acordo prévio, foi exigida a votação da quebra do sigilo de Roberto Jefferson e dos integrantes da cúpula do PT. Cogitou-se a divulgação dos sigilos de todos os parlamentares, para rebater Roberto Jefferson, segundo o qual membros da CPI receberiam o “mensalão”.

As discussões ríspidas entre governistas e oposicionistas lembraram os acontecimentos da CPI do Banestado, que acabou em impasse. Os debates só terminaram com a chegada si-

multânea de ofícios em que José Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares e Sílvio Pereira abriam seus sigilos para a CPI. E Roberto Jefferson enviou nota, lida pelo presidente Delcídio Amaral (PT-MT), em que voltou atrás e alegou ter confundido a CPI com o Conselho de Ética da Câmara. O deputado aproveitou a nota e reiterou que os deputados Valdemar Costa Neto (PL-SP), Bispo Rodrigues (PL-RJ), Sandro Mabel (PP-GO) e Pedro Henry (PP-MT) receberam “mensalão”.

Com isso, Delcídio adiou a votação do requerimento da deputada Denise Frossard (PPS-RJ) para que os integrantes da comissão apresentassem suas declarações de renda dos últimos cinco anos. Também foi descartado requerimento pelo qual Roberto Jefferson deveria apresentar em 48 horas os nomes dos membros da CPI ligados

ao “mensalão”.

A CPI também decidiu convocar a esposa do publicitário Marcos Valério, Renilda Fernandes, sócia nas empresas de publicidade SMP&B e DNA, administradas pelo marido. A comissão vai ouvir ainda duas funcionárias de Valério, Geisa Dias e Simone Vasconcelos, apontadas pela ex-secretária do empresário, Fernanda Somaggio, como participantes do esquema.

Também foram aprovados requerimentos de abertura dos sigilos de dez empresas de Marcos Valério: Praesepe Centro de Preparação Equestre; 2S Participações; JVM Participações; MG5 Participações; SF Assessoria Empresarial; Tolentino e Melo Assessoria Empresarial; Novo Mundo Participações; Star Alliance Participações; Feeling Propaganda; e Pouso Alegre Editorações.

Acareação entre publicitário e ex-secretária não está descartada

Existência de um esquema de corrupção, Valério se recusou a dar detalhes sobre o destino de saques feitos de suas contas. Por já terem identificado mentiras no depoimento de Valério, que teria mais a contar, os integrantes da CPI adiantam que ele terá que voltar para novo depoimento ou mesmo em uma acareação com seus principais acusadores, como a ex-secretária e Roberto Jefferson (veja pág. 4).

Oposicionistas e governistas lembraram o impasse da CPI do Banestado

As discussões ríspidas entre governistas e oposicionistas lembraram os acontecimentos da CPI do Banestado, que acabou em impasse. Os debates só terminaram com a chegada si-

Na semana que vem, Delúbio e Sílvio Pereira

Apesar das pressões de membros da CPI dos Correios para que fossem antecipados, ficaram marcados para a próxima semana os depoimentos do secretário-geral licenciado do PT, Sílvio Pereira, e do tesoureiro licenciado do partido, Delúbio Soares. Mas a oposição ainda quer a antecipação dos depoimentos para esta quinta-feira, mesmo com a resistência do presidente da comissão, Delcídio Amaral (PT-MT), que defende a obediência ao cronograma já definido.

– Pelo ocorrido ontem, vimos que não dá certo sair do

acordo – disse Delcídio, em referência ao clima hostil durante a votação de quebras de sigilos na última semana. Dessa forma, a CPI ouviu na terça-feira os ex-diretores de Administração, de Tecnologia e de Operações dos Correios, responsáveis pela gestão dos principais contratos da estatal. Na quarta, depõem os dois últimos ex-presidentes dos Correios, João Henrique de Souza e Airton Dipp, e o presidente da empresa Skymaster, que opera a Rede Postal Noturna, Luiz Otávio Gonçalves (veja quadro).

Os contratos dos Correios com a Skymaster estão sob suspeita

de superfaturamento. A estatal pagaria o valor do transporte da carga máxima, enquanto a empresa transportava valores menores que os do contrato. O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) alertou que a empresa já foi investigada pela CPI do Banestado, que apurou o envio ilegal de dólares ao exterior.



Acompanhe a CPI pela Internet

Desde a última segunda-feira, os trabalhos da CPI Mista dos Correios podem ser acompanhados pela Internet. A iniciativa é do presidente do colegiado, Delcídio Amaral (PT-MS), para agilizar a divulgação de informações para a mídia e a sociedade. A produção e atualização do material são feitas pela assessoria de imprensa do senador.

No site (www.cpmidoscorreios.org.br), o internauta tem acesso à agenda de reuniões, íntegra dos depoimentos, requerimentos aprovados e boletins informativos, além da repercussão dos fatos na imprensa. Há também um espaço para receber denúncias, aberto quem queira contribuir para o avanço das investigações.

Calendário

12 de julho, a partir das 9h - Ex-diretores dos Correios Antônio Osório Batista (Administração), Eduardo Medeiros (Tecnologia) e Maurício Madureira (Operações)

13 de julho, a partir das 9h - Ex-presidentes dos Correios João Henrique de Souza e Airton Dipp e o presidente da empresa Skymaster, Luiz Otávio Gonçalves

19 de julho - Sílvio Pereira, secretário-geral licenciado do PT

20 de julho - Delúbio Soares, tesoureiro licenciado do PT

CRISE POLÍTICA As confusas relações do empresário com o PT receberão mais atenção da comissão de inquérito



ANTONIO CRUZ/ABR

Na CPI, Marcos Valério negou ser o "homem da mala", mas não explicou saques milionários de suas contas

Deponentes rejeitam compromisso com a verdade

Dos 13 depoentes na CPI dos Correios, apenas dois firmaram o termo de compromisso de falar a verdade. Antonio Velasco e Edgar Lange falaram à CPI como testemunhas, posição que proíbe a omissão de dados ou mentiras, sob pena de prisão.

Marcos Valério, antes mesmo de depor, conseguiu um *habeas corpus* para poder silenciar diante das perguntas dos parlamentares e não se incriminar ou correr o risco de sair preso da CPI. Assim, ele assumiu que depunha como acusado e não como testemunha. Outros depoentes que se negaram a assinar o termo foram José Fortuna e Fernanda Karina Somaggio.

Gravação: interesses pessoais, políticos ou comerciais?

Relações comerciais e interesses pessoais e de amigos. Até agora, essas são as motivações alegadas pelos autores da gravação em que o ex-funcionário dos Correios, Maurício Marinho, revela corrupção na estatal. E as versões apresentadas são conflituosas.

Na última semana, Jairo Martins, que trabalhou por nove anos na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), confirmou que montou o equipamento de vídeo somente para expor a corrupção na imprensa. Recém-formado em Jornalismo, Martins disse que entregou a gravação à revista *Veja*, com consentimento do empresário Arthur Wascheck Neto,

O regimento do Senado atribui às CPIs poder para "inquirir testemunhas sob compromisso" e "ouvir indiciados". Na CPI dos Correios, a maioria das pessoas ouvidas são também acusadas e não se encaixam como testemunha ou indiciado. Porém, o Supremo Tribunal Federal entende que as pessoas que podem vir a ser indiciadas se recusem a firmar o compromisso.

Ainda assim, o presidente da CPI, Delcídio Amaral, não acredita na desqualificação dos depoimentos.

– A CPI vai poder reescrever as versões dos depoimentos a partir da análise do cruzamento das informações que vamos receber – garantiu.

que, por sua vez, negou ter autorizado a entrega do vídeo à imprensa.

O ex-agente do Serviço Nacional de Informações (SNI) José Fortuna disse que foi procurado pelo agente da Abin Edgar Lange para que assumisse a autoria da gravação à revista *Época*.

Lange contestou Fortuna, mas assumiu que investigou os Correios entre abril e maio passados, o que, por sua vez, contraria as datas apontadas pelos órgãos oficiais.

Esses três depoimentos, de acordo com o presidente da CPI, Delcídio Amaral, "reforçaram ainda mais a participação da espionagem" na denúncia sobre os Correios.

Evasivo, Valério ainda deve explicações à CPI



O depoimento do empresário Marcos Valério à CPI dos Correios deixou apenas uma certeza: ele voltará à comissão. Valério compareceu à CPI protegido por um *habeas corpus*, e se negou a revelar a origem e o destino dos milhões de reais sacados de suas contas. Antes de voltar a inquiri-lo, os parlamentares querem mais dados bancários seus e de suas empresas.

– Os depoimentos atropelaram a chegada dos dados, mas vamos resolver isso – afirmou o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Nas 14 horas em que depôs, Valério negou ser o "homem da mala" do Partido dos Trabalhadores (PT) e não acrescentou explicações sobre suas relações com o governo petista. Alegou apenas que a análise da Receita na contabilidade de suas empresas dará as

respostas que a CPI procura, inclusive sobre o aval dado a empréstimo do PT no banco BMG.

Valério mostrou contratos das 14 empresas de que é sócio e desmentiu declarações dos deputados Roberto Jefferson (PTB-RJ) e José Borba (PMDB-PR), mas não disse por que está sendo acusado. Por isso, parlamentares já anunciaram que vão pedir acareações (veja quadro).

O empresário reconheceu ter amizade com diversos acusados de corrupção, especialmente o tesoureiro licenciado do PT, Delúbio Soares. Em nome dessa amizade, iniciada em 2002, Valério intermediou e avalizou o empréstimo para o PT e, mais tarde, pagou R\$ 350 mil de juros transferidos diretamente para a conta do partido.

De acordo com a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, é crime o recebimento, pelas legendas, de dinheiro de empresas que recebam recursos públicos.

A pena para esse crime é a suspensão do recebimento de recursos do Fundo Partidário por um ano.

Entre os negócios das empresas de Valério, que receberam quase R\$ 200 milhões do governo federal em 2004, a campanha de lançamento do Banco Popular do Brasil, que custou R\$ 25 milhões, foi questionada pelos parlamentares. A campanha foi feita pela empresa DNA por meio de uma "licitação interna".

Valério calou-se quando o deputado Geraldo Thadeu (PPS-MG) relatou que o empresário se ofereceu para arrecadar fundos para uma possível campanha sua à reeleição para a prefeitura de Poços de Caldas (MG), da qual era titular na época. Thadeu questionou as negativas de Valério sobre a suspeita de que o empresário movimentaria o "caixa dois" de campanhas.

Senadores vêm mentiras na fala do empresário

O depoimento de Marcos Valério à CPI dos Correios frustrou as expectativas dos senadores. Eles esperavam que as informações prestadas pelo dono das empresas de publicidade SMP&B e DNA permitissem que as investigações avançassem sobre os esquemas de corrupção, mas saíram decepcionados com o que chamaram de mentiras do depoente.

– Se eu fosse vossa senhoria, contaria alguma coisa para não nos fazer de bobos. Essa atitude é falta de respeito. Vossa senhoria está debochando do povo brasileiro – acusou o senador Pedro Simon (PMDB-RS).

O senador César Borges (PFL-

BA) estranhou a coincidência entre datas de saques milionários de Valério com votações importantes no Congresso e a presença do empresário em Brasília.

– Precisamos impedir esse exercício explícito de escapismo e cinismo a que assistimos – afirmou César Borges.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) considera que o comportamento do empresário decepcionou a todos.

– O governo esperava acusações a



CÉLIO AZEVEDO

Para Simon (no alto), Marcos Valério debochou do povo brasileiro em seu depoimento à CPI

inimigos. A oposição esperava que ele fizesse revelações bombásticas. Foi uma decepção para oposição e governo – disse Heráclito.

Possíveis acareações

Maurício Marinho: Roberto Jefferson, "meio doidão", comandaria um esquema de corrupção em estatais. Mais tarde, mudou depoimento	Roberto Jefferson: Marinho é um "petequero" que quis tirar vantagens pessoais utilizando seu nome
Roberto Jefferson: Marcos Valério carregaria malas de dinheiro para pagamento de mesadas a deputados a mando do tesoureiro do PT, Delúbio Soares, do secretário-geral do PT, Sílvio Pereira, e do deputado José Dirceu	Marcos Valério, Delúbio Soares, Sílvio Pereira e José Dirceu: nunca fizeram pagamento a deputados e nem sequer tinham conhecimento do aludido esquema
Roberto Jefferson: apontou seis nomes entre os deputados do PP e do PL que receberiam o "mensalão" do PT	José Janene (PL-PR), Pedro Henry (PP-MT), Pedro Corrêa (PP-PE), Waldemar Costa Neto (PL-SP), Sandro Mabel (PL-GO) e Carlos Rodrigues (PL-RJ): negam tudo
Roberto Jefferson e Emerson Palmieri: receberam R\$ 4 milhões das mãos de Marcos Valério na sede do PTB em Brasília, na primeira quinzena de julho de 2004	Marcos Valério: nega ter entregado o dinheiro e apresentou uma série de documentos que atestariam que esteve em Brasília apenas uma vez na primeira quinzena de julho de 2004
Roberto Jefferson: fez um acordo pelo qual o PT daria R\$ 20 milhões para campanhas eleitorais de candidatos do PTB. A primeira parcela, de R\$ 4 milhões, teria sido paga	José Genoio: o acordo nunca existiu e, portanto, não houve qualquer pagamento ao PTB
Fernanda Karina: Marcos Valério fazia vultosos saques e carregava malas de dinheiro para políticos. Nega ter tentado extorqui-lo	Marcos Valério: nunca carregou malas de dinheiro ou pediu quartos com cofres. Acusa a ex-secretária de extorsão
José Borba: participou de reunião com a presença de Valério em que foram negociados cargos no governo federal	Marcos Valério: nunca participou de reunião em que nomeações para cargos no governo fossem discutidas

Fernanda mantém e amplia acusações contra Valério

A ex-secretária de Marcos Valério, Fernanda Karina Somaggio, repetiu à CPI as informações que vêm confirmando o envolvimento do seu ex-patrão em um esquema de corrupção, como denunciado pelo deputado Roberto Jefferson. Ela também rechaçou acusações de que teria tentado extorquir o empresário.

Fernanda

Fernanda apontou que Valério operava com um doleiro de nome Haroldo, em Belo Horizonte, relacionando-o ao fato de o nome do empresário ter sido encontrado pela CPI do Banesbado entre os que enviaram recursos para o exterior por contas irregulares. Segundo Fernanda, Valério manteve vários contatos com o relator daquela CPI, deputado José Mentor (PT-SP).

CRISE POLÍTICA Escândalos mobilizam parlamentares, que chegam a integrar até três comissões simultaneamente

As investigações se multiplicam



Escândalos na política brasileira geram o funcionamento simultâneo de diversas comissões parlamentares de inquérito (CPIs) no Congresso. Senadores e deputados integram a comissão que já investiga os escândalos dos Correios e preparam-se para a do Mensalão – que irá apurar o suposto repasse de dinheiro para parlamentares da base do governo atual e a denúncia na

compra de votos para aprovação da Emenda Constitucional 16/97, que possibilitou a reeleição do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Além disso, os parlamentares atuam nas CPIs da Terra, que trata da estrutura fundiária brasileira, e da Emigração Ilegal, que investigará os crimes e outros delitos praticados em torno da emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países. Os senadores ainda participam dos Bingos e aguardam a instalação das

CPIs das Privatizações e do caso Waldomiro Diniz.

O acúmulo de participações tornou-se possível com a Resolução do Senado 1/05. Ela autoriza a participação de senadores como titulares e suplentes em até três comissões permanentes e, por analogia, nas CPIs. Sérgio Guerra (PSDB-PE) é um dos campeões em nomeação para as comissões de inquérito. Titular nas CPIs das Privatizações, da Terra e dos Correios, ele acredita que o excesso de colegiados atrapalha o bom resultado

dos trabalhos e dificulta a vida parlamentar. “Atuar na CPI implica relevante envolvimento de tempo e de atenção, e a realização de várias comissões sacrifica o trabalho do parlamentar na Casa”, diz Guerra.

Relator da CPI dos Bingos e titular da CPI das Privatizações, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) concorda que o funcionamento de muitas comissões causa atropelo no dia-a-dia parlamentar. “Mas ainda assim é um desafio emergencial a que temos de dar prioridade”, afirmou.



Renan Calheiros (D), ao lado de Severino Cavalcanti, lê em sessão o requerimento que cria a CPI Mista do Mensalão

Acordo permite criação da CPI Mista do Mensalão

Acordo entre lideranças das bancadas do governo e da oposição tornou possível a instalação, na quarta-feira, da CPI Mista do Mensalão, que irá investigar as denúncias de suposto pagamento – por dirigentes do Partido dos Trabalhadores – a parlamentares em troca de apoio ao governo.

Pelo que foi decidido, o colegiado também irá investigar a presumível compra de votos para a aprovação da Emenda Constitucional 16/97, que dispôs sobre a reeleição para cargos do Executivo. A instalação da CPI só aconteceu na terceira tentativa de realizar sessão conjunta do Congresso, proposta no dia 22 de junho.

Nesta terça-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, reúne os líderes partidários das duas Casas do Congresso para definir a indicação dos parlamentares que irão integrar

a CPI Mista do Mensalão.

Os líderes partidários devem indicar 17 senadores e 17 deputados, com igual número de suplentes. A CPI terá 120 dias para convocar oitivas, fazer a análise de documentos e concluir os trabalhos. “A instalação dessa CPI é resultado de longos dias de muitas discussões e, no que depender da Presidência do Congresso, os trabalhos serão iniciados ainda em julho”, disse Renan Calheiros.

A bancada governista queria que a CPI ocorresse somente na Câmara – a chamada CPI da Compra de Votos –, que abrangia o “mensalão” e a compra de votos para aprovação da emenda que permitiu a reeleição do ex-presidente Fernando Henrique. A oposição defendia a criação da CPI Mista para investigar apenas as denúncias feitas pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ).

Dirigentes do PT serão ouvidos sobre denúncias só em agosto

Enquanto não for votada a LDO, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara continuará a ouvir os depoimentos no processo de cassação de mandato do deputado Roberto Jefferson, responsável pelas denúncias de pagamento de mesadas pelo PT a parlamentares da base governista.

O conselho ouviu o depoimento do deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ). Segundo Roberto Jefferson, Rodrigues teria sido o precursor do esquema, ao implantá-lo pela primeira vez na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). “Roberto Jefferson lançou essa calúnia porque estava desesperado com

a denúncia de corrupção nos Correios, envolvendo o PTB; ameaçado de ficar isolado, apanhar de todo lado e perder o comando de seu partido, resolveu dar um cavalo-de-pau na história”, disse Rodrigues, que negou as acusações.

A comissão de sindicância da Corregedoria da Câmara, por sua vez, marcou para 3 de agosto os depoimentos de integrantes da direção do PT envolvidos nas denúncias de pagamento do “mensalão”: o tesoureiro licenciado do PT, Delúbio Soares; o secretário-geral licenciado, Sílvio Pereira; e o secretário de Comunicação do partido, Marcelo Sereno.

Carlinhos Cachoeira depõe na quarta

O empresário Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira, será o primeiro a depor na CPI dos Bingos, nesta quarta-feira, às 11h30. Também foi aprovado pela comissão o requerimento do relator, Garibaldi Alves Filho, para convocação do ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da República, Waldomiro Diniz, cujo depoimento ainda não foi agendado, mas o presidente da CPI, senador Efraim

Morais (PFL-PB), acredita que o depoimento deve ocorrer ainda neste mês.

A CPI vai investigar a utilização das casas de bingo para crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; o envolvimento de Waldomiro Diniz em esquema de corrupção ligado a jogos clandestinos, e a extensão desse envolvimento com tráfico de influência e corrupção ativa.

Os trabalhos foram iniciados

em função de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceu à minoria o direito de investigar supostas práticas de corrupção.



Garibaldi Alves é autor do requerimento para convocação de Cachoeira e Waldomiro

Garibaldi: “CPI não decepcionará o país”

O cronograma da comissão ainda não está definido?

Foi aprovado apenas o requerimento que apresentei para a convocação do empresário Carlinhos Cachoeira e de Waldomiro Diniz. Não conseguimos definir todo o cronograma por causa da possibilidade de recesso parlamentar, o qual deveria estar ocorrendo se a LDO tivesse sido votada.

E o senhor pretende apresentar requerimento para outras convocações?

Por enquanto, ainda não tenho nomes definidos. Partimos desses porque foi a fita de vídeo na qual Waldomiro apareceria negociando propina com Cachoeira que desencadeou o caso.

Outros parlamentares já sugeriram nomes?

Ainda não há requerimen-

tos oficiais, apenas sugestões. Devemos chamar alguém da Caixa Econômica Federal (CEF) e da empresa Gtech Brasil Ltda. [multinacional que opera as loterias da CEF desde 1997]. Há a sugestão do nome de José Vicente Brizola, que presidiu a loteria do Rio Grande do Sul (Lotergs) no governo Olívio Dutra. Mas nomes só serão definidos após analisarmos os documentos que virão da Presidência da República, onde houve inquérito administrativo sobre o caso; do Ministério Público, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e da Polícia Federal, que já fizeram investigações sobre o caso; e do Tribunal de Contas da União (TCU), ao qual solicitamos cópias dos relatórios de auditorias sobre os contratos de prestação de serviços firmados entre a CEF e a Gtech.

Há intenção de se convocar algum parlamentar, além do ex-ministro José Dirceu?

Por enquanto, não.

Como o senhor se sente na situação de indicado pela base para a relatoria de uma comissão a cuja instalação, há até pouco tempo, o governo criava obstáculos?

O que eu posso garantir é que todos os senadores estão comprometidos com a isenção da investigação, que será feita sem a preocupação de prejudicar, nem a de favorecer o governo. O que tiver que ser apurado, será, e de forma isenta.

CPIs do Senado

CPI dos Bingos

- Finalidade: investigar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação com o crime organizado.
- Membros: 15 titulares e 9 suplentes (já nomeados)
- Presidente: senador Efraim Morais (PFL-PB)
- Vice-presidente: senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
- Relator: senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
- Atividade atual: inicia esta semana a oitiva de depoimentos e análise de documentos

CPI das Privatizações

- Finalidade: investigar as privatizações realizadas de 1990 a 2004 e os critérios adotados pelo BNDES na concessão de empréstimos nos processos de privatização.
- Membros: 11 titulares e 7 suplentes (já nomeados)
- Presidente e relator: não definidos
- Atividade atual: aguarda instalação

CPI do Caso Waldomiro

- Finalidade: investigar o envolvimento do ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, Waldomiro Diniz, em esquema de corrupção relacionado com jogos clandestinos e de possível tráfico de influência.
- Membros: 11 titulares e 7 suplentes (ainda não nomeados)

CPIs Mistas (Senado e Câmara)

CPI dos Correios

- Finalidade: investigar denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)
- Membros: 16 titulares e 16 suplentes de cada Casa
- Presidente: senador Delcídio Amaral (PT-MS)
- Vice-presidente: senador Maguito Vilela (PMDB-GO)
- Relator: deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)
- Atividade atual: oitiva dos depoimentos e análise de documentos

CPI do Mensalão

- Finalidade: apurar as denúncias de recebimento de vantagens patrimoniais ou pecuniárias indevidas por parlamentares em troca de apoio em votações de interesse do governo e as denúncias de mesmo teor na aprovação da emenda da reeleição, em 1997
- Membros: 17 titulares e 17 suplentes de cada Casa (ainda não nomeados)

* Também estão em funcionamento as CPI Mistas da Terra, para realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira e os conflitos agrários, e a da Emigração Ilegal, para apurar os crimes e outros delitos praticados com a emigração ilegal de brasileiros, especialmente para os Estados Unidos.

CRISE POLÍTICA Plenário se agita com novas denúncias e desdobramentos das acusações sobre corrupção nos Correios

Virgílio: escândalos ameaçam economia

A proliferação de novas denúncias na mídia, somada aos escândalos que deram vida à CPI dos Correios e à recém-instalada CPI do Mensalão, motivou o pronunciamento feito na última sexta-feira, em Plenário, pelo líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), que se diz preocupado com o possível atropelamento da economia brasileira pela crise instalada.

Entre as notícias comentadas pelo líder estava a manchete do dia do jornal *O Globo*, em que o ex-motorista da deputada federal Neide Aparecida (PT-GO), Wendell de Oliveira, revela que teria viajado de Goiânia a São Paulo para buscar um pacote com US\$ 200 mil, na sede nacional do PT, com a secretária do então tesoureiro do partido, Delúbio Soares. O mesmo jornal publicou ainda o afastamento de mais três diretores do Banco do Brasil indicados pelo PT.

Virgílio enfatizou ainda informação publicada pelo *Correio*

Braziliense – fato já percebido pelos parlamentares – de que as autorizações de quebra de sigilo bancário enviadas pelos dirigentes do PT à CPI dos Correios não teriam valor jurídico, com exceção da enviada pelo ex-ministro José Dirceu, formalizada corretamente.

Do *Jornal do Brasil*, o senador do PSDB destacou a matéria intitulada “Amigos de Lula colocam o cargo à disposição”, enfocando suposta intenção do ministro da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, e do secretário da Presidência, Gilberto Carvalho, de deixar o governo. E, de *O Globo*, o “Futuro de Gushiken nas mãos de Lula”,



Virgílio cobra do Banco do Brasil resposta a pedido de informação sobre empréstimo ao PT

também sobre a situação do titular da pasta de Comunicação de Governo.

Depois de arrolar outras notícias, o líder tucano cobrou resposta a requerimento dirigido ao Banco do Brasil, de sua autoria, pedindo explicações sobre empréstimos ao PT.

Saques coincidem com votações

O senador José Agripino (PFL-RN) apresentou em Plenário dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), reunidos por jornalistas da Agência Reuters e da Central Brasileira de Notícias (CBN), que mostram saques vultosos nas contas da DNA e da SMP&B Propaganda, empresas do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, em períodos coincidentes com recentes votações importantes

na Câmara dos Deputados.

Agripino citou três exemplos. Nos dias que antecederam e sucederam a votação do salário mínimo (que o governo conseguiu baixar de R\$ 275 para R\$ 260), em junho de 2004, foram sacados das empresas de Valério R\$ 700 mil. Em dezembro, dois dias antes da votação da medida provisória que concedeu ao presidente do Banco Central, Henrique Meireles, *status* de ministro, o Coaf

registrou saque de R\$ 480 mil. Na semana em que foi votada a reforma tributária, os saques, segundo o senador, somaram R\$ 1,2 bilhão.

Para ele, os dados devem servir à CPI dos Correios como uma espécie de “mapa da mina” nas investigações. Marcos Valério, que detém a conta de publicidade dessa estatal, é apontado pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) como sendo o operador do “mensalão”.

Cúpula do PT no alvo dos debates

As denúncias veiculadas pela imprensa na última semana atingiram em cheio a cúpula do Partido dos Trabalhadores. O aval do empresário Marcos Valério ao PT repercutiu com força no Plenário. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) prestou solidariedade a José Genoíno, presidente do partido, que assinou dois pedidos de empréstimo ao Banco Rural, com fiança de Valério.

– Deixo meu testemunho e solidariedade irrestrita a Genoíno, sua história, sua competência.

Ele nos conduziu de forma lícita, plena, clara e dentro das regras que o PT sempre defendeu. Queremos investigar tudo e todos, ontem e hoje. A corrupção no país é muito antiga.

Já o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) chamou de “gângster” o tesoureiro do PT, Delúbio Soares.

– Causador da miséria do



Ideli Salvatti

Brasil é o ladrão que é tesoureiro do PT, que vai ser expulso do partido, por força da opinião pública, que está pedindo providências contra a direção da legenda – reagiu ACM. Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu o afastamento de toda a cúpula do partido. Sibá Machado (PT-AC) propôs em Plenário uma comissão provisória para dirigir o PT.

Reação a denúncias na esfera de estados

Além de denúncias relativas ao “mensalão” e supostas licitações fraudulentas no âmbito federal, os senadores discutiram na semana passada outras acusações veiculadas pela imprensa. Tião Viana (PT-AC) leu nota de esclarecimento do governo do Acre, em resposta a matéria da *Folha de S. Paulo*, em que são levantadas suspeitas sobre contratos de publicidade do governo de Jorge Viana com a Asa Comunicação.

– O governo do Acre enfrentou

a corrupção, reativou a economia local e mantém seus esforços focados na melhoria da qualidade de vida da população, sobretudo dos mais pobres. E para isto nunca recorreu a atalhos – disse.

Seu colega Sibá Machado (PT-AC) afirmou que os contratos não foram aditados em 585%, mas em uma média, admitida pela Lei 8.666, de 29% para cada 12 meses.

O presidente do PSDB, senador Eduardo Azeredo (MG), desmen-

tiu que seu partido esteja interessado em acordo para limitar as investigações na CPI dos Correios. Ele negou que busque se proteger em decorrência de ação por suposta irregularidade, em que figura como réu, como ex-governador de Minas, juntamente com Marcos Valério. Esclareceu que o caso em questão não é relacionado a contratos publicitários, e sim ao patrocínio de evento esportivo, que dispensa licitação. Ele recebeu a solidariedade de vários colegas.

Senadores comentam reforma ministerial

A reforma ministerial, com a indicação de três peemedebistas, foi bem recebida por parte dos senadores. Foram empossados o senador Hélio Costa (PMDB-MG) para o Ministério das Comunicações, o deputado Saraiva Felipe (PMDB-MG) para a pasta da Saúde e Silas Rondeau para a de Minas e Energia.

Mas, em nota oficial, sete governadores do PMDB, o senador Pedro Simon (RS) e o presidente do partido, deputado Michel Temer, propuseram o desligamento de todos os membros do partido que insistam em ocupar cargos no governo.

Ney Suassuna (PMDB-PB) disse não concordar com a decisão de seu partido, apesar de respeitá-la. E deseja que o presidente Lula seja como um “feitor, cobrando sintonia e velocidade

dos ministros”.

Para Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), os novos ministros do PMDB vão dar um injeção de moralidade no governo. Segundo ele, é positivo que o ministro das Comunicações, Eunício Oliveira, não tenha se envolvido em nenhuma das acusações nos Correios. Mas disse ter medo de o PMDB “entrar neste buraco sem fundo que é o atual governo”.

José Jorge (PFL-PE) pediu ao presidente que afaste o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, até que sejam esclarecidas denúncias que pesam contra ele, enquanto Heráclito Fortes (PFL-PI) desmentiu versão de Gushiken de que um grupo de senadores alimenta um *lobby* para derrubá-lo.



Lula e Renan com Hélio Costa (D), um dos novos ministros empossados: PMDB aumenta sua participação no governo

Oposição mantém crítica e base pede mudanças

O bombardeio de denúncias diárias expõe o governo a uma situação de crise sem fim iminente. As críticas não são exclusivas dos opositores. Até mesmo a base aliada pede mudanças na prática governista.

Para o senador Cristovam Buarque (PT-DF), Lula deveria abrir mão de um segundo mandato e encaminhar ao Legislativo projeto extinguindo o instituto da reeleição.

Jorge Bornhausen (PFL-SC) disse que o presidente Lula não poderia governar sem preparação. “Desde o começo alertei que faltava comandante e que a tripulação era medíocre”, afirmou. Eduardo Suplicy (PT-SP)

reagiu, destacando o crescimento de 5,2% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2004.

Osmar Dias (PR), líder do PDT, anunciou que seu partido vai apoiar Lula, para que conclua seu mandato, mas salientou que a reeleição foi uma decisão infeliz. Pedro Simon (PMDB-RS) destacou que as insistentes notícias sobre corrupção provocam “mágoa generalizada com a classe política”.

Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou que Lula não tem outra alternativa senão promover uma “limpeza geral” em seu governo. César Borges (PFL-BA) observa que o povo brasileiro está “perplexo, confuso e abatido”.

Quebra de sigilos e medidas anticorrupção em destaque

Discussões sobre quebra de sigilos são recorrentes nas CPIs e no Plenário. Neste sentido, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apresentou projeto (PLS 232/05) que condiciona a posse e o exercício do agente público à apresentação de bens e valores de seu patrimônio e à prévia autorização de quebra de seu sigilo bancário.

Para Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), todos os integrantes da CPI dos Correios deveriam autorizar a quebra de seus sigilos bancário e telefônico. Ramez Tebet (PMDB-MS),

concordando, salientou que a vida de um homem público é “diferente” dos demais cidadãos e deve ser conhecida pela população.

Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciou projeto que dá poderes às advocacias das Casas do Congresso para acompanhar e intervir nos processos oriundos de comissões parlamentares de inquérito, para garantir a efetividade das medidas.

Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu uma CPI da Corrupção, que investigaria todas as denúncias dessa natureza.

ORÇAMENTO Na tentativa de manter Congresso funcionando em julho, oposição obstrui votação de diretrizes

LDO: falta de acordo sobre CPIs atrasa votação



A votação, na Comissão Mista de Orçamento, do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006 está prevista para esta terça-feira, às 17h30. Os partidos da base aliada, mesmo com maioria na comissão, tentam evitar a obstrução liderada pelo PFL e reforçada, na semana passada, pelo apoio do PSDB e do PDT.

Não há divergências relevantes que impeçam o exame do relatório do deputado Gilmar Machado (PT-MG). O motivo é um só: a oposição quer obter do governo a garantia explícita de que as comissões parlamentares de inquérito irão funcionar durante o recesso parlamentar de julho. A votação da LDO deveria ter ocorrido até o dia 30 de junho.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI), que liderou a obstrução na semana passada, reafirmou, na quinta-feira, a disposição de seu partido de só votar a LDO no fim de julho.

O líder da agremiação, senador José Agripino (RN), foi mais preciso ao declarar à imprensa que a matéria poderá ser postergada até o dia 31 deste mês. Heráclito considera que o bloqueio à LDO é um instrumento mais seguro do que a autoconvocação, ainda à espera de um acerto político entre os presidentes e os líderes nas duas Casas.

Uma alternativa que pode ser acionada pelo governo, segundo parlamentares da base aliada, é enfrentar os oposicionistas no voto. Essa mobilização pode viabilizar a votação da LDO na comissão, onde os governistas são maioria. Mas, como avaliam, poderia impor uma séria derrota, e um desgaste desnecessário, ao governo no Plenário do Congresso, onde as matérias são votadas por acordo devido à dificul-

dade de se obter quórum.

O relator esclareceu que está finalizando as negociações em torno da última versão do parecer. Gilmar Machado deve se encontrar nesta terça-feira com o presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), e parlamentares da bancada ruralista, para costurar um entendimento sobre dispositivo na LDO que expresse compromisso do governo de viabilizar recursos em 2006 para comercialização agrícola, equalização de taxas de juros do seguro rural, refinanciamento das dívidas e contratação de empréstimos novos.

Machado, no entanto, acha difícil se comprometer com a proibição de bloquear esses recursos. Além desse pleito, Caiado



Objetivo do mecanismo incluído por Gilmar Machado (sentado à esquerda, ao lado de Gilberto Mestrinho) no seu relatório é aumentar os investimentos

Governo garante que não vai vetar "ajuste anticíclico" da LDO

O relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006, deputado Gilmar Machado, informou que obteve do governo a promessa de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não vetará o "ajuste anticíclico" das contas públicas colocado na proposta pelos congressistas.

Por esse mecanismo, que sofreu três mudanças na última semana, quando a economia apresentar bom crescimento, o governo aumentará o superávit primário (sobras em caixa antes do pagamento de juros da dívida). Se a economia se retrair, o governo reduzirá o superávit primário, todo ele destinado ao pagamento de juros. O objetivo é aumentar os investimentos governamentais nas crises, o que ajuda o país a retornar ao crescimento.

Gilmar Machado informou que a última alteração no "ajuste anticíclico" leva em consideração um crescimento de 4% na economia, no próximo ano. Se o crescimento superar os 4%, uma quinta parte da diferença será acrescida ao superávit primário de 4,25%. Assim, se a economia crescer 5% em 2006, o governo aumentará o superávit em 0,2%. A medida vale também para o

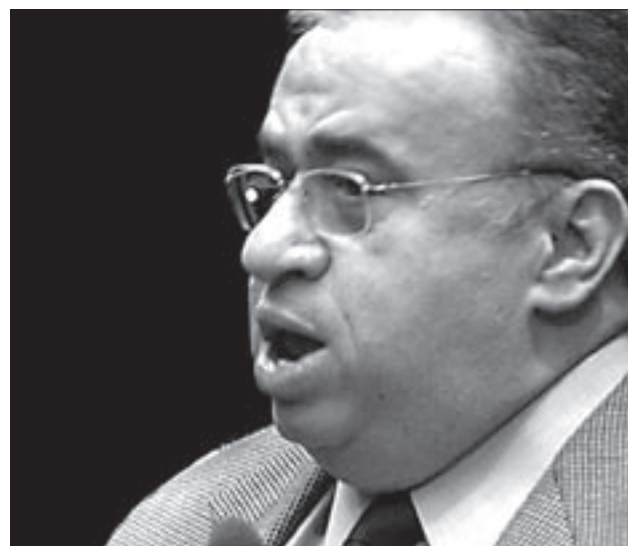
sentido inverso – se a economia crescer 3%, corta-se 0,2% do produto interno bruto (PIB) no superávit.

A diferença de 0,2% pode parecer irrisória, mas representará cerca de R\$ 4 bilhões, seja para injetar na economia ou para pagamento de juros (o que reduz o ritmo do endividamento público). Numa crise mais severa, que baixe o crescimento do PIB para apenas

Medida proposta pelo relator visa ajudar o Brasil a retomar o crescimento

2% ao ano, por exemplo, o governo injetaria na economia cerca de R\$ 8 bilhões. Para se ter uma idéia de comparação, no orçamento aprovado pelo Congresso no ano passado previa-se um investimento de R\$ 5,6 bilhões em todo o setor de transportes do país. Esse investimento, no entanto, pode nem ser cumprido, porque o orçamento foi contingenciado.

O relator decidiu colocar os 4% de crescimento do PIB para 2006 como base para o "ajuste anticíclico" por considerar o percentual "mais realista". Na proposta da LDO enviada ao Congresso, o governo prevê que a economia terá em 2006 um crescimento de 4,5%. O relator, no entanto, não alterou essa previsão, limitando-se a adotar o percentual de 4% apenas no "ajuste anticíclico".



Heráclito Fortes considera que bloqueio à decisão sobre a LDO é iniciativa mais eficaz do que a autoconvocação

só quer levantar a obstrução do PFL na Câmara depois que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, atender as reivindicações feitas durante o "tratorço", que reuniu cerca de 20 mil produtores em Brasília. Entre os pleitos está o refinanciamento de dívidas junto a fornecedores e bancos.

Na semana passada, o senador Osmar Dias (PDT-PR) engrossou a fileira dos descontentes com Palocci e anunciou a obstrução do seu partido à LDO.

Começa debate de proposta para zerar déficit

Quem não deseja equilibrar as suas contas, gastar apenas o que recebe, evitar juros exorbitantes e ter dinheiro para investir? Aparentemente simples, isso é o que pode significar a meta de déficit nominal zero nas contas do governo, como propõe o ex-ministro e deputado Delfim Netto (PP-SP) para que o país rompa o ciclo perverso de economizar para pagar juros e volte a fazer os investimentos públicos necessários para impulsionar o crescimento econômico.

O nó de uma proposta atraente como essa é como viabilizá-la, principalmente diante da crise política que emperrou o governo. A idéia de Delfim Netto, segundo o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), é que seja aprovada uma emenda constitucional, a seu ver de iniciativa

do Executivo, que aumente a Desvinculação de Receitas da União (DRU) dos atuais 20% para 30% ou 40%.

Além dessa maior flexibilidade para decidir onde aplicar os recursos orçamentários, o governo limitaria as suas despesas correntes, produzindo superávits fiscais crescentes até zerar o déficit nominal (que inclui as despesas com juros) em 2009. Em paralelo, o governo adotaria "um choque de gestão". Ou seja, promoveria maior eficiência da máquina administrativa e eficácia nos gastos públicos.

Com essa combinação, Delfim Netto aposta no aumento da credibilidade fiscal e na retração

dos juros, reduzindo o indicador mais importante do risco de insolvência do país: a relação entre a dívida líquida do setor público e o produto interno bruto (PIB).

Adoção do plano dependeria da aprovação de emenda constitucional

Na avaliação de Tourinho, esse plano é mais fácil de viabilizar em início de governo, quando a nova administração ainda não sofreu desgaste e está respaldada pelo resultado das urnas, o que não ocorre agora. Essa dificuldade é reconhecida pelos governistas.

Embora elogie a proposta, o deputado Carlito Merss (PT-SC), relator-geral do Orçamento de 2006, admite que não há condições políticas para iniciar sua

implementação na lei orçamentária do próximo ano, principalmente se isso implicar redução dos gastos sociais e do pouco que sobra para investir em infra-estrutura. Crítico da proposta de Delfim, o senador João Capiberibe (PSB-AP) acha que ela só agrava o arrocho fiscal.

De qualquer modo, a proposta precisa ser amadurecida. O debate com o Legislativo começou informalmente na última terça-feira, quando Tourinho, Merss e outros parlamentares participaram de jantar em Brasília com empresários e ministros, onde Delfim apresentou as linhas gerais de sua



Para Tourinho, instrumento seria viabilizado com mais facilidade em início de governo

proposta. O Ministério do Planejamento, segundo Tourinho, já agendou para 10 de agosto um seminário, do qual ele e o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) devem participar.

ORDEM DO DIA

Previdência: PEC Paralela está em vigor

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado promulgaram a proposta de emenda constitucional da Previdência (PEC 77A/03), a chamada PEC Paralela, que restituiu aos servidores públicos alguns dos direitos retirados pela reforma da Previdência, em vigor desde dezembro de 2003.

Com a promulgação, entre outras alterações, volta a valer a paridade salarial para quem assumiu o cargo até 1998, devolvendo aos aposentados o direito a reajustes salariais idênticos aos dos funcionários da ativa, desde que cumpridas algumas exigências.

Para que a PEC pudesse ser aprovada no Senado, foi necessário amplo acordo, defendido pelo relator, Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Ele propôs que fossem aceitos 14 dos 19 pontos alterados pela Câmara e sugeriu três modifica-



Renan (C) discursa na sessão do Congresso Nacional que promulgou a PEC Paralela: servidores recuperam direitos

ções. Por esse motivo, uma nova PEC voltará a tramitar na Câmara para tratar, especialmente, dos subtetos salariais nos estados e municípios.

– Essa PEC resgata o legítimo direito de milhares de servidores

públicos que ficaram sujeitos a regras de transição depois da aprovação da reforma da Previdência.

O senador Paulo Paim (PT-RS) também parabenizou o Senado pela aprovação da PEC Paralela.

ABC paulista deve ganhar universidade federal

O ABC paulista vai ganhar sua universidade, com a aprovação do projeto de lei da Câmara (PLC 20/05) que institui a Fundação Universidade Federal do ABC. A instituição terá sua sede em Santo André. A proposta, de autoria do Poder Executivo, vai à sanção presidencial. O relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Aloizio Mercadante (PT-SP), deu parecer favorável, destacando que a expansão da rede de ensino superior e a ampliação do investimento em ciência e tecnologia são objetivos centrais do governo federal.

Ministros do STF, policiais e bombeiros têm aumento

O Plenário aprovou projeto de lei da Câmara (PLC 51/05) que eleva os salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para R\$ 21,5 mil (retroativos a 1º de janeiro de 2005) e para R\$ 24,5 mil, a partir de 1º de janeiro de 2006. Os senadores acolheram também o PLC 52/02, que estipula os mesmos valores para o procurador-geral da República. Os projetos vão à sanção presidencial. Na mesma sessão, na quinta-feira, o Senado deliberou o aumento dos vencimentos dos policiais civis e militares e dos bombeiros do Distrito Federal, instituído pelo Projeto de Lei da Câmara 54/05.

Suspensa pelo Supremo, MP do auxílio-doença aguarda votação

A Medida Provisória 242/05, de 28 de março, não está mais em vigor desde 1º de julho, suspensa por liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A MP mudava as regras de cálculo do auxílio-doença e do auxílio-acidente da Lei 8.213/91 (que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social) e fazia parte do Programa de Modernização da Previdência, destinado a reduzir o déficit previdenciário.

Com a MP, o governo pretendia elevar de quatro para 12 meses o tempo mínimo de contribuição para o segurado ter direito ao auxílio-doença e fixava um valor máximo para o benefício, igual à última contribuição. Nos últimos três anos, os gastos com o pagamento do auxílio-doença aumentaram de R\$ 3 bilhões para R\$ 9 bilhões anuais. Um dos motivos, alega o governo, seria a flexibilidade excessiva das regras de acesso.

O PFL, o PSDB e o PPS obtiveram a liminar no STF em ações diretas de inconstitucionalidade (Adins) contra a MP. De acordo

com o despacho do ministro Marco Aurélio de Mello, relator das ações, a eficácia da MP fica suspensa até julgamento definitivo pelo plenário do tribunal, o que deve ocorrer em agosto. O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) registrou “a vitória dos partidos de oposição”.

– O STF afasta esse processo de perseguição e de falta de compreensão e humanidade. E a oposição sente que cumpriu seu dever junto aos trabalhadores – advertiu. Para ele, “em nome de combater a fraude, o governo penalizou os segurados”.

Câmara já aprovou MP suspensa pelo STF

A Câmara aprovou a MP em 15 de junho, antes da suspensão, mas com alterações – como a redução (de 20% para 11%) da alíquota de contribuição sobre um salário mínimo para a inclusão de autônomos na Previdência. Como o prazo final da MP no Senado é 25 de agosto, é possível que a votação ocorra



Bornhausen registrou “a vitória dos partidos de oposição no STF”

antes do julgamento definitivo das Adins pelo Supremo.

Segundo a assessoria do STF, a suspensão não impede que a MP seja apreciada pelo Senado. O governo pode pedir a cassação da liminar mesmo no recesso forense (no momento, a ministra de plantão é Ellen Gracie Northfleet), ou fazer essa solicitação ao plenário do tribunal, em agosto. De acordo com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), já foram concedidos no país quase 300 mil benefícios seguindo a MP 242.

Senadores condenam demarcação de reserva

Os três senadores de Roraima – Augusto Botelho (PDT), Mozarildo Cavalcanti (PTB) e Wirlande da Luz (PMDB) – são contrários à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol da forma como foi realizada pelo governo federal. Eles defendem a exclusão das áreas de plantação de arroz da reserva indígena.

Integrantes da comissão temporária externa criada para avaliar os conflitos decorrentes da demarcação, os senadores apresentaram seu relatório final, elaborado por Augusto Botelho.

Segundo o texto, mais da metade dos habitantes da área não quer a saída dos produtores de arroz, que seriam responsáveis por boa parte da geração de empregos. Augusto também afirmou que, sem esses produtores,

os índios não seriam capazes de manter o cultivo, pois o solo – muito ácido – exigiria o uso de recursos tecnológicos. O senador ressaltou que, na primeira demarcação, as terras onde se planta arroz não estavam incluídas. Isso só teria ocorrido em demarcação posterior.

– A atual demarcação prejudica aquele que é o setor mais produtivo de Roraima, responsável pela geração de mil a 1.500 empregos diretos e 4 a 5 mil empregos indiretos – argumentou.

Já Wirlande da Luz frisou que os índios da reserva sempre tiveram convivência pacífica com os outros habitantes da região, e que esse convívio “já dura mais de cem anos”. Para ele, “os índios não querem ser excluídos da sociedade”.

A demarcação prejudicaria o setor mais produtivo de Roraima

Flexa Ribeiro teme conflito entre colonos e índios no Pará

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) alertou para o “risco iminente” de conflito entre indígenas e colonos no sul do Pará, acusando a Fundação Nacional do Índio (Funai) de “acirrar os ânimos” no processo de demarcação de terras dos índios apiterewas.

– Recentemente, 15 índios, armados com espingardas, rifles e carabinas foram à área disputada e incendiaram as casas de vários colonos, ameaçando de morte 20 famílias – denunciou Flexa Ribeiro.

O senador informou que a área disputada é de 773 mil hectares, onde vivem 142 índios e 4.500 colonos assentados pelo Incra. Os colonos ocupam 265 mil hectares e os 508 mil hectares restantes, segundo Flexa Ribeiro, seriam suficientes para os indígenas.

Flexa Ribeiro apelou ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para que interfira nessa crise. Segundo o senador, os colonos e os índios já chegaram a um acordo, ignorado pela Funai. Ele acusou o coordenador do órgão em Altamira, Benigno Marques Pessoa, de “insuflar” os índios e fomentar o conflito.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que a questão indígena saiu do controle do governo federal, já que a Fundação Nacional do Índio tornou-se uma “executora da vontade das organizações não-governamentais”. Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) concordou e afirmou que a Funai, em vez de tutelar os índios, “fomenta invasões”.

Comissão quer informações sobre base dos EUA no Paraguai

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decidiu fazer uma visita ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para debater as possíveis implicações para o Brasil da permissão que o governo do Paraguai teria dado à instalação de uma base militar dos Estados Unidos em seu território.

A notícia, publicada pela agência Carta Maior, informava que a ministra das Relações Exteriores do Paraguai, Leila Rachid, abriria o território nacional para tropas americanas e garantiria imunidade e status diplomático a soldados. Segundo a nota, a decisão visaria à criação de uma base militar norte-americana na região da tríplex fronteira, com previsão de permanência até o fim de 2006, prazo que poderia ser prorrogado.

A princípio, a sugestão da comissão seria a de enviar apenas uma carta ao ministro, com pedido de informações. Mas, por sugestão do senador Pedro Simon (PMDB-RS), ficou decidido que seria “mais adequado” entregar a carta pessoalmente.

– Queremos saber o que está acontecendo e se o acordo do Mercosul, do qual o Paraguai faz parte, prevê esse tipo de convênio – afirmou Simon.

O presidente da CRE, Cristovam Buarque (PT-DF), informou em Plenário que a visita dos integrantes da comissão ao ministro das Relações Exteriores deverá ocorrer ainda este mês ou, no máximo, em agosto.

SEGURANÇA PÚBLICA Câmara conclui aprovação do decreto legislativo que determina primeiro referendo da história

Voto popular decidirá sobre desarmamento



DESARMAMENTO

A Câmara dos Deputados aprovou, em sessão extraordinária na noite de quarta-feira, projeto de decreto legislativo que convoca referendo – provavelmente dia 23 de outubro – para decidir sobre a venda de armas de fogo e munições no país. O projeto (PDS 950/03), que teve 258 votos favoráveis, 48 contrários e 5 abstenções, foi promulgado na quinta-feira pelo presidente do Congresso, Renan Calheiros, também autor da lei.

O referendo está previsto no Estatuto do Desarmamento, sancionado em dezembro de 2003. Apresentada à Mesa do Senado no mesmo mês, a proposta definindo o referendo foi aprovada em Plenário no dia 5 de maio de 2004 e, seis dias depois, remetida à Câmara. Durante um ano, o projeto sofreu oposição da chamada “bancada da bala”.

A aprovação do decreto legislativo é

resultado do empenho pessoal de Renan e do presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti. Familiares de vítimas de armas de fogo faziam vigília no Congresso havia vários dias em prol da votação. Era preciso autorizar o referendo antes de a Câmara entrar em recesso, para que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tivesse tempo de organizar a consulta (veja reportagem nesta página).

Para garantir a votação, a Câmara realizou três sessões extraordinárias. Severino assumira o compromisso de que votaria a matéria assim que a pauta fosse desobstruída – o que só aconteceu após a votação da Medida Provisória 250/05. PSDB, PMDB, PCdoB, PV, PSB e PPS orientaram o voto a favor da matéria, assim como a liderança do governo. PDT, PL, PP, PFL, PTB e a liderança da Minoria liberaram as bancadas.

Os deputados rejeitaram uma emenda que



Renan Calheiros (E), ao lado de Thomaz Bastos: empenho pessoal para aprovar referendo

adiava o referendo para o período eleitoral de 2006, alegando economia de despesas. Mas o deputado Raul Jungmann (PPS-PE), relator da matéria na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado,

lembrou que o TSE já fará em outubro um recadastramento dos eleitores do país. Por coincidir com esse processo, a consulta sobre o desarmamento, segundo Jungmann, não gerará gasto adicional significativo.

Mais restrições para ter ou portar arma

Com a entrada em vigor do Estatuto do Desarmamento, em 23 de dezembro de 2003, aumentaram as restrições e exigências para a posse ou o porte de arma de fogo. Só podem andar armados os integrantes das Forças Armadas, policiais, agentes de Inteligência e de segurança privada. No caso de civis, apenas mediante concessão da Polícia Federal. Portar arma não registrada passou a ser crime inafiançável, assim como o comércio ilegal. A idade mínima para se comprar

uma arma de fogo subiu de 21 para 25 anos.

Mas nenhum desses pontos estará em discussão no referendo. Por isso, o senador César Borges (PFL-BA), que foi relator do estatuto, o considera mais amplo que o referendo, “um diploma legal para o Executivo e o Judiciário fazerem o trabalho de desarmamento da população”.

A pergunta a ser feita à população refere-se exclusivamente à proibição da venda de armas de fogo e munição: “O comércio de

armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”

– Nunca pretendemos vender falsas ilusões. Vedar a venda de armas a cidadãos comuns pretende reduzir os crimes sem causa, derivados de pequenas rugas, desentendimentos eventuais e até brigas domésticas. Claro que a redução da violência depende de ações governamentais, crescimento econômico e redução da pobreza – explicou Renan, que apresentou a proposta de referendo e é co-autor do estatuto.

Contra a banalização do armamento de fogo

Ao promulgar o decreto legislativo que autoriza o referendo, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a “vulgarização no uso de armas de fogo” é o maior obstáculo para reduzir a criminalidade no país. Ele lembrou que 63,9% dos homicídios no país são cometidos com o uso de arma de fogo. Das 550 mil vítimas de armas de

2003, disse Renan, 206 mil tinham de 15 a 24 anos.

– Os dados demonstram que a arma de fogo é a principal causa de morte de jovens

– lamentou Renan, que agradeceu o empenho do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, na votação do projeto. Presente à cerimônia, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, afirmou que a campanha pelo desarmamento no país deve atingir a marca de 500 mil armas recolhidas até a realização do referendo, em outubro. De acordo com o

ministro, foram recolhidas até o momento 370 mil armas.

Para o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), a população certamente vai respaldar a proibição do comércio de armas na votação de outubro. Já o relator da matéria na Câmara, deputado João Paulo Cunha (PT-SP), considerou o referendo

“uma obra de muitas mãos e de muitos partidos” e destacou o empenho do autor do projeto, Renan Calheiros. No mesmo

tom, o deputado Raul Jungmann (PPS-PE) ressaltou que Renan foi “o grande comandante, o grande esteio de todo esse processo”.

O representante do Movimento Viva Rio, Rangel Bandedeira, afirmou que o projeto “é uma vitória do Congresso, que está em sintonia com a sociedade, e dos setores que há anos vêm lutando para tornar o país menos violento”.

Campanha pelo desarmamento deverá atingir 500 mil armas recolhidas



A Justiça Eleitoral já definiu até a tela das urnas eletrônicas que os eleitores usarão para votar

Justiça Eleitoral garante consulta pública

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Velloso, conseguiu aprovar, antes do recesso do Judiciário, iniciado no dia 1º, as 11 instruções normativas elaboradas pelo tribunal para garantir a realização do referendo do desarmamento no dia 23 de outubro, mesmo com o atraso na votação do decreto legislativo na Câmara. Velloso convocou os demais ministros e o secretário de informática do TSE para debater a viabilidade técnica e operacional da proposta, que foi aprovada por unanimidade. Com isso, a Justiça Eleitoral não paralisará os

trabalhos referentes ao referendo durante as férias forenses.

Cronograma do referendo já está definido

– Os departamentos que se incumbem das eleições e instruções têm trabalhado. As licitações têm sido feitas. Se houver referendo, basta que prossigamos com os atos finais das licitações. Se não, cancelamos – explicou Velloso.

As instruções normativas elaboradas pelo tribunal dispõem sobre calendário eleitoral, propaganda, pesquisa, recursos e representações, entre outros temas. De

acordo com os prazos fixados pela Justiça Eleitoral para o referendo, o cadastro de eleitores será fechado até 23 de julho, as folhas de votação serão confeccionadas até o final de agosto e os cadernos de votação serão encaminhados aos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) até o dia 10 de outubro.

Nos 45 dias anteriores ao referendo, será feita uma campanha de esclarecimento à população por rádio e TV. As duas frentes da sociedade – uma pela proibição da venda de armas e outra contrária ao veto – terão tempos iguais para defender suas posições.

Quando o povo decide

A Constituição federal brasileira estabelece o referendo como uma das três formas que permitem a expressão da soberania popular.

Na iniciativa popular, uma proposta subscrita por pelo menos 1% do eleitorado pode ser apresentada como projeto de lei na Câmara dos Deputados. No plebiscito, o eleitor se manifesta sobre um assunto antes de ele virar lei. No referendo, como o próprio nome já diz, o povo decide se uma delibera-

ção do Poder Legislativo deve entrar em vigor – como é o caso da comercialização de armas de fogo.

Esta será a primeira vez que o povo brasileiro será consultado sobre uma norma aprovada pelo Congresso Nacional. Em 116 anos de história republicana, o Brasil realizou apenas dois plebiscitos nacionais, quando a proposta de adoção do parlamentarismo como forma de governo foi derrotada em ambos, em 1963 e em 1993.

PLENÁRIO

Alberto Silva denuncia exploração de lavradores

A exploração do biodiesel deve beneficiar os pequenos lavradores, e não as grandes usinas. É o que pensa o senador Alberto Silva (PMDB-PI), que há anos defende o uso desse tipo de combustível – que pode ser produzido, por exemplo, a partir de óleos vegetais. Ele defendeu em discurso essa posição e também destacou que uma grande usina de biodiesel, construída no Piauí, contraria esses princípios.

– Os lavradores não podem ficar à mercê de grandes usineiros, que utilizam amplas porções de terra para seus empreendimentos. Isso já ocorreu na época do Programa Nacional do Alcool (Proálcool): quem cortava a cana eram os bóias-frias, que ganhavam uma miséria. Depois, quando veio a mecanização, nem esse trabalho lhes restou – argumentou Alberto Silva.

Segundo o senador, a capacidade de produção da usina instalada no Piauí é de 90 mil litros por dia. Alberto Silva afirmou que os contratos oferecidos pela empresa aos pequenos lavradores propõem o pagamento de 45 centavos por quilo de mamona, quando a produção individual for de 500 quilos por hectare. Esse preço subiria, “em doses homeopáticas”, conforme a produção aumentasse: se esta alcançasse 900 quilos, o rendimento iria a 70 centavos por quilo.

– Isso é solução para o trabalhador? É uma agressão. Se é para ser assim, é melhor o agricultor cultivar mandioca, milho e feijão, como já vinha fazendo. Se há recursos para construir essa usina, que não seja à custa da escravidão dos plantadores de mamona – declarou.

Para que o biodiesel seja uma forma

de oferecer “trabalho digno ao homem do campo”, Alberto Silva destacou que “é necessário organização”. Ele disse que os lavradores devem formar associações e, por meio destas, montar suas próprias usinas de beneficiamento (para transformação da baga da mamona, por exemplo, em óleo) e também as de biodiesel.

– No Piauí, já discutimos com o Banco do Nordeste a possibilidade de empréstimos, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que viabilizem a construção dessas usinas para os agricultores – frisou.

Segundo Alberto Silva, um pequeno lavrador pode obter uma renda mensal entre R\$ 700 e R\$ 800 com o plantio “consorciado” da mamona, umas das matérias-primas do biodiesel, e do feijão.



FOTOS: J. FREITAS

Para Alberto Silva, produção de biodiesel deve beneficiar lavradores, e não grandes usinas

Tuma lembra os 20 anos do Programa Calha Norte

Ao registrar a passagem dos 20 anos da criação do Programa Calha Norte, instituído em dezembro de 1985 pelo então presidente José Sarney, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) apontou o acerto do atual governo ao priorizar o programa. Tuma também destacou que, “graças ao empenho dos parlamentares”, houve uma ampliação dos recursos destinados ao Calha Norte em 2005, que passou de aproximadamente R\$ 20 milhões para mais de R\$ 235 milhões.

Para Tuma, muito pode ser feito pela Amazônia, se houver interesse do governo e a liberação dos recursos programados. Ele lembrou que, até 1985, não havia um programa articulado de governo que levasse em conta a importância estratégica de ocupar a Amazônia, “evitando que



Romeu Tuma

olhos cheios de cobiça de nações e de particulares estrangeiros pudessem assenhorear-se de suas terras e de suas riquezas”.

– E foi há 20 anos, no governo Sarney, que se concebeu um programa de desenvolvimento estratégico, contendo ações de caráter social, econômico e militar para a região amazônica – afirmou.

Tuma também voltou a alertar a direção da Polícia Federal quanto à possibilidade da presença de guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) em território brasileiro, citando reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*.

César Borges critica adiamento da obra de gasoduto

O adiamento da construção do Gasoduto do Nordeste (Gasene) foi criticado pelo senador César Borges (PFL-BA). Ele lembrou que o Nordeste é deficitário em termos de matriz energética e que, por isso, importa energia de outras regiões.

– Mas nem mesmo essa oferta é garantida em situações de crise, quando, por exemplo, os índices pluviométricos estão baixos. A solução para esses problemas são as termoelétricas, que utilizam o gás como matéria-prima. Daí a importância desse gasoduto para o Nordeste – explicou. O senador leu em Plenário algumas notícias veiculadas pela imprensa, que atribuem diferentes razões para o adiamento. Em uma delas, a causa seria a crise política na Bolívia.

Antônio Leite quer redução de desigualdades

O senador Antônio Leite (PMDB-MA) defendeu a aprovação do projeto de lei do Senado (PLS 138/02) que autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social do Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando a redução das desigualdades regionais. O projeto, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), é de autoria do ex-senador Francisco Escórcio e institui área de abrangência do corredor nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, partes dos estados de Goiás e do Pará, e Distrito Federal.

Osmar Dias cobra cumprimento das promessas a produtor rural

O senador Osmar Dias (PDT-PR) pediu ao governo que cumpra as promessas feitas aos produtores rurais durante o “Tratoração” promovido em Brasília no final de junho. Segundo o parlamentar, a situação dos produtores é de “desespero”.

– Há hoje uma apreensão muito grande no meio rural, porque o governo anunciou uma série de medidas, mas ainda não cumpriu nenhuma, com exceção da prorrogação dos empréstimos de custeio – afirmou.

Entre as medidas que não foram adotadas, o senador citou o estabelecimento de um

preço de garantia para o arroz e a liberação de R\$ 3,8 bilhões em empréstimos para que os produtores possam pagar seus fornecedores.

Ele ressaltou que esse financiamento não teria custo algum para o governo, e seria realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a partir de recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

– Esses empréstimos de R\$ 3,8 bilhões teriam encargos de 8,75%, pagos pelos produtores rurais, mais 5% que seriam assumidos pelos vendedores de

insumos. Portanto, o total seria de 13,75% ao ano, perfazendo a taxa que o BNDES utiliza nos empréstimos ao setor – argumentou.

Osmar Dias ressaltou que o governo prometera que, já na semana passada, todas as medidas estariam em vigor, “mas a situação continua a mesma”. Ele lembrou que a crise no campo tem várias causas, entre elas, a estiagem no Sul e a variação cambial, já que “os produtores compraram insumos com o dólar entre R\$ 3,10 e R\$ 3,20 e, no momento de venda da safra, o dólar caiu para entre R\$ 2,38 e R\$ 2,40”.

Motta pede que governo indenize plantador

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) fez um apelo ao ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, para que o agricultor Daniel Souza de Carvalho seja indenizado pela destruição, promovida pela Delegacia Federal da Agricultura, de seus 70 mil pés de mamão no norte do Espírito Santo. Segundo Motta, o Ministério da Agricultura, responsável pela fiscalização das culturas vegetais de valor econômico no estado, reconheceu o erro, depois de concluído o

processo administrativo disciplinar, demitindo os fiscais federais agropecuários que atuaram diretamente no caso. No entanto, reclamou o senador, o produtor ainda não foi indenizado.

– O ministério causa prejuízo ao produtor, reconhece a culpa, mas depois chega para o agricultor prejudicado dizendo a este que vá procurar a Justiça para receber o que tem direito? – questionou o parlamentar.

Ao dizer que o Ministério da Agricultura “tem deixado a

desejar, provocando descontentamento, entre outros, da cadeia produtiva do agronegócio”, Motta alertou que a ação foi feita de forma totalmente ilegal e arbitrária, eliminando da atividade um produtor estabelecido de forma independente.

– Hoje, esse produtor, que foi vítima de fiscais federais que atuaram certamente para atender a interesses escusos, vive de favores de amigos e luta para buscar junto ao ministério a reparação dos prejuízos.

Augusto Botelho condena demarcação de reserva

Ao ler artigo do general Luiz Gonzaga Schroeder Lessa intitulado “Desastrada decisão”, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) criticou a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, homologada em 15 de abril. Nessa data, um decreto presidencial demarcou essa região de Roraima, delimitando-a em 1.747.464 hectares de área contínua e atribuindo-a a cerca de 16 mil indígenas. Para ele, a decisão não levou em conta os aspectos estratégicos que envolvem a delicada e sensível fronteira brasileira-venezuelana-guianense e “atenta contra o seu objetivo maior, que é alcançar a paz entre os índios e os não-índios”.

Eduardo é contra atrasos na construção de Estreito

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) pediu à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que interceda para que não seja cumprida recomendação expedida pelo Ministério Público Federal para que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) revogue a licença prévia que concedeu para o início da construção da Usina de Estreito, na divisa entre o Maranhão e Tocantins. Ele lembrou que, há mais de três anos, a licença estava sendo aguardada. Segundo o senador, vários dos pedidos apresentados pelo MP já constam de uma ação civil pública que está *sub judice*.

PLENÁRIO

Suassuna pede solidariedade entre estados nordestinos

Ney Suassuna (PMDB-PB) fez apelo na sexta-feira em favor da solidariedade entre todos os estados nordestinos para a efetivação da transposição do rio São Francisco. Segundo o senador, é preciso haver entendimento entre os estados que são banhados pelo rio e aqueles que deverão receber parte de suas águas. Suassuna argumentou que somente 3% da vazão estabilizadora do rio será desviada. Para ele, isso é pouco diante dos 10 milhões de nordestinos que serão beneficiados. No caso da Paraíba, Suassuna ponderou que o objetivo é obter água para consumo humano e animal, prioridade que merece a solidariedade de todos. O senador afirmou também que a revitalização do São Francisco é premissa indispensável para viabilizar a transposição. Disse que ninguém está pensando em retirar água do Velho Chico, nas atuais condições, pois "seria como colher sangue de pessoa exangue". Suassuna explicou que a revitalização já começou, com cidades ribeirinhas recebendo dinheiro para tratamento de esgoto e águas servidas.

Alberto Silva pede verba para recuperação de estradas

Alberto Silva (PMDB-PI) declarou que a saída para a crise em que o governo se debate deve ser encontrada com programas efetivos para reparar as rodovias e incentivar a produção do biodiesel. Segundo o senador, não há motivo para que o governo permaneça parado enquanto a CPI dos Correios apura denúncias de corrupção. Ele afirmou que, com os R\$ 6 bilhões que se desperdiçam anualmente – com os 4 bilhões de litros de óleo diesel que as carretas fazem evaporar, em função dos buracos e dos desníveis das estradas de rodagem –, seria possível trocar a capa de asfalto de 32 mil quilômetros no prazo de 18 meses. No fim desse prazo, os R\$ 6 bilhões passariam a ser economizados a cada ano. "Pensem quantas escolas e hospitais se poderiam construir", disse. Alberto Silva reconhece que o Ministério dos Transportes não dispõe de estrutura para levar adiante a proposta e sugeriu a criação de uma Secretaria de Gestão, subordinada à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Hélio Costa assume as Comunicações

Ao comunicar ao Plenário, na sexta-feira, que estava deixando o Senado para tomar posse como ministro das Comunicações, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) declarou que aceitou o cargo por entender que a participação do seu partido no governo pode ajudar o país. Disse ainda que se sentia honrado com a confiança que o presidente da República depositou nele.

– Não podemos fugir da responsabilidade de ajudar o Brasil neste momento crítico.

A cadeira do parlamentar será ocupada pelo suplente Wellington Salgado de Oliveira, empresário do setor de comunicação e de educação de Uberlândia (MG).

Segundo Hélio Costa, os mineiros estarão bem representados por Wellington.

– Sinto-me feliz e tranquilo por passar a missão de representar Minas Gerais a esse competente companheiro. Ao deixar temporariamente a cadeira de senador, tenho certeza de que ela será ocupada com brilho por Wellington.

Mandato de 18 meses em retrospectiva

Hélio Costa fez também uma retrospectiva dos 18 meses em que exerceu o mandato de senador. Entre os projetos que apresentou, destacou o que cria estruturas de pesquisa universitária em todo o país (PLS 409/03) com o objeti-

vo de estimular a pesquisa e a capacitação tecnológica nas instituições de ensino superior.

Outra proposta citada pelo senador foi a que aumenta as penas para crimes hediondos. O projeto (PLS 113/03) determina que a pessoa que cometer crimes como assassinato brutal de uma criança ou seqüestro deixa de ter o direito à liberdade condicional após o cumprimento de dois terços da pena.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), ao saudar Hélio Costa, disse que a indicação de um pro-



JOSE CRUZ

Parlamentar diz que aceitou o cargo por entender que seu partido pode ajudar o Brasil

fissional da área para a pasta das Comunicações deve oferecer um diferencial ao setor. Os líderes do PMDB, Ney Suassuna (PB), e do PSDB, Arthur Virgílio Neto (AM), além dos senadores Valdir Raupp (PMDB-RO) e Cristovam Buarque (PT-DF), também cumprimentaram o colega pela indicação.

Quintanilha aponta problemas na pecuária

A pecuária brasileira foi tema de pronunciamento do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) em Plenário na última semana. Ele observou que, apesar dos investimentos aplicados e dos avanços tecnológicos obtidos, que possibilitaram a melhoria da qualidade do rebanho bovino e colocaram o Brasil no mercado internacional, a atividade enfrenta dificuldades e os benefícios do crescimento do setor não atingem todos os elos da cadeia produtiva.

O senador disse que as empresas do setor modernizaram as plantas industriais e se ajustaram às exigências do mercado externo, mas encontram empecilhos para participar das exportações.

Quintanilha informou que, em 1998, o Brasil exportou 350 mil toneladas de carne para 50 países. Já em 2004, foi exportado 1,3 milhão de toneladas, para 150 países. Ele ressaltou ainda que a Associação Brasilei-



CÉLIO AZEVEDO

Quintanilha: ganhos de avanço da produção não beneficiam toda a cadeia produtiva

ra das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec) detinha cerca de 30% do volume exportado em 1998, e que em 2004 a entidade passou a concentrar cerca de 90% do volume.

– Custa-me acreditar que o empresariado brasileiro do ramo frigorífico não tenha se interessado em participar dessa expansão – disse, propondo ampliar o debate sobre a matéria.

Marco Maciel quer urgência para a "compulsória"

A proposta de emenda à Constituição que aumenta de 70 para 75 anos o limite máximo de idade para aposentadoria compulsória de servidores públicos constou da pauta de discussões em Plenário na última semana. A proposição (PEC 42/03) de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) precisa de lei complementar para que o novo limite entre em vigor.

Marco Maciel (PFL-PE) pediu à Mesa que a emenda de Edison Lobão (PFL-MA) ao projeto, definindo que a regra tenha eficácia plena a partir da aprovação da emenda constitucional, seja aprovada em caráter de urgência e aplicada somente aos magistrados do Supremo Tribunal Federal (STF). Quanto aos demais ser-

vidores, inclusive ministros de tribunais, o assunto seria tratado em lei complementar.

Segundo Marco Maciel, na década de 50 o Brasil tinha expectativa de vida inferior a 50 anos, mas hoje ela está próxima dos 70. O senador destacou que a Constituição de 1934 previa aposentadoria compulsória de magistrados aos 68 anos, idade bem acima da expectativa de vida da época. Os textos constitucionais posteriores, inclusive o de 1988, passaram a estabelecer como limite a idade de 70 anos, igual à expectativa de vida atual. Houve ampliação da expectativa, por isso, conforme Maciel, seria natural que se ampliasse a idade para a "compulsória" no STF e nos tribunais superiores.

Em nota Renan lamenta atentados em Londres

O presidente do Senado, Renan Calheiros, divulgou nota oficial lamentando os atentados terroristas ocorridos em Londres, capital da Inglaterra. Ele reafirmou a tradição pacífica da política externa brasileira e classificou como bárbaras e irracionais as explosões na capital inglesa que mataram pelo menos 50 pessoas e deixaram mais de 700 feridos.

O Itamaraty informou que até agora não há notícias sobre brasileiros entre as vítimas. O líder da minoria, José Jorge (PFL-PE), e Sibá Machado (PT-AC) apresentaram requerimento solicitando voto de solidariedade e pesar ao povo inglês.

Leia abaixo a íntegra da declaração oficial

“Como presidente do Senado Federal, venho lamentar, profundamente, as explosões que mancharam de sangue a cidade de Londres nesta manhã [dia 7]. Um ataque terrorista bárbaro, brutal, fruto do ódio e da irracionalidade. Um ataque que atinge não apenas a comunidade inglesa, ou a comunidade européia, mas toda

a comunidade internacional, e que merece o repúdio do mundo inteiro.

A escalada terrorista, que depois do 11 de setembro já massacrou centenas de pessoas inocentes em Madri e na escola de Beslan, na Ossétia do Norte, só para citar alguns exemplos, precisa ser riscada do planeta. Em um mundo civilizado, divergências e conflitos de qualquer ordem precisam ser pautados por negociações diplomáticas. Precisam, antes de tudo, atender a uma condição básica, fundamental: o respeito pela vida humana.

Neste momento, temos que lembrar e reafirmar a tradição pacífica de nossa política externa. E temos que reafirmar nossa crença no Estado de direito e na paz. É essa crença que nos leva a comemorar, hoje, a promulgação do decreto que marca para outubro o referendo sobre a proibição da venda de armas de fogo e de munição no Brasil. Um passo importante para mudar uma estatística cruel, segundo a qual, a cada dia, morrem 104 pessoas vítimas de armas de fogo.”

Raupp defende melhoria salarial para empregados

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) apelou à Caixa Econômica Federal para que interceda a favor das reivindicações de melhoria salarial dos funcionários de casas lotéricas de todo o país. Conforme o parlamentar, os empregados enfrentam dificuldades em decorrência da queda do poder aquisitivo e do descaso dos permissionários, que se recusam a dar seqüência às negociações iniciadas com a categoria.

De acordo com Raupp, os empregados vêm tentando negociar com os permissionários desde maio de 2003, conforme dados

da Federação dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio do Estado de São Paulo (Feaac).

– É lamentável constatar a situação de penúria que acomete os empregados, ainda mais em um momento em que as loterias batem sucessivos recordes de arrecadação com novos serviços e passam a representar poderoso instrumento do governo.

Raupp afirmou que a ampliação dos serviços das lotéricas, como o recebimento de contas de água, luz e carnês bancários, não resultou em melhorias salariais para os empregados.

PLENÁRIO

Tião Viana: Brasil pode cumprir meta da OMS

Depois de receber correspondência do Ministério da Saúde afirmando a disposição do governo de não apenas cumprir a meta acertada com a Organização Mundial da Saúde (OMS) – de reduzir a incidência de casos de hanseníase para um em cada 10 mil habitantes do Brasil –, mas também de superá-la, o senador Tião Viana (PT-AC) reviu sua posição crítica ao governo, que havia manifestado em pronunciamento no fim de junho.

– Da mesma forma que lamentei e mostrei minha aflição e expectativa frustrada com o suposto não-cumprimento da meta, assumo agora posição contrária, entendendo que o Ministério da Saúde vem cumprindo a sua parte – declarou.

Segundo a nota do Ministério da Saúde lida por Tião Viana, o Brasil deixou de ser o país com maior número de casos e maior

taxa de prevalência da hanseníase.

Depois de uma rigorosa revisão nos bancos de dados, feita em conjunto com a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) e a OMS, foi apurado que a taxa de prevalência da doença, de 2003 para 2004, caiu de 4,2 para 1,71 a cada 10 mil habitantes.

Tião Viana informou, baseado no documento, que foi constituída uma força-tarefa, composta por 35 técnicos, para apoiar os estados buscando a melhoria no padrão de análise da situação epidemiológica, a elaboração e implementação de propostas adequadas a cada um dos municípios



JOSE CRUZ

Tião Viana leu nota em que o Ministério da Saúde diz que vai reduzir a hanseníase

prioritários e o envolvimento dos gestores locais do sistema de saúde.

As áreas onde são detectados maiores problemas, e onde os esforços serão concentrados no segundo semestre, estão na região da Amazônia Legal.

Ney Suassuna adverte para risco de epidemia de gripe

Ney Suassuna (PMDB-PB) advertiu que governantes e autoridades sanitárias de todo o mundo têm se preocupado com a possibilidade “de sermos flagelados por uma epidemia de gripe de colossais proporções e de efeito devastadores”. Ele destacou que é importante que os laboratórios brasileiros e as filiais de laboratórios estrangeiros possam produzir medicamentos em maior escala, para a população não ficar desprevenida.

No momento, conforme Suassuna, a possibilidade que mais assusta é o desencadeamento de uma gripe provocada pelo vírus *influenza*, responsável pela chamada gripe do frango, ou *influenza* aviária, no sudeste asiático. No entanto, o senador admitiu que uma eventual pandemia pode ser controlada e debelada, desde que haja um esforço comum de governantes, autoridades sanitárias e empresários da área da saúde.

Mozarildo volta a prevenir o país contra a dengue

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a advertir o país para a epidemia de dengue que atinge o seu estado, principalmente a capital, Boa Vista. Ele leu em Plenário nota técnica do Ministério da Saúde que relata a existência de quase 1.700 casos notificados da doença em Roraima, número 258% superior ao de 2004.

Ainda de acordo com a nota do ministério, em Boa Vista há mais de 1.300 casos notificados. Nenhum é de dengue hemorrágica, mas o órgão está repassando ao governo do estado kits de combate à doença e material sobre formas de prevenção.

– Estamos diante de uma questão de saúde pública que pode atingir todo o país – afirmou Mozarildo Cavalcanti, que solicitou do Ministério da Saúde e do Tribunal de Contas da União uma auditoria dos recursos públicos destinados ao combate à dengue.

Flexa Ribeiro denuncia paralisação do Fust

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que o governo federal não utiliza R\$ 3,7 bilhões em recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Segundo o senador, o fundo foi criado para minimizar alguns dos efeitos negativos da privatização e para “manter a ação social no campo das telecomunicações”, mas seus recursos estariam paralisados por falta de orientação política e de diretrizes governamentais claras.

Aelton defende trabalhadores com mais de 40 anos

Aelton Freitas (PL-MG) defendeu projeto de lei de sua autoria (PLS 372/03) que objetiva permitir a empresas deduzirem do Imposto de Renda despesas com salários de empregados com mais de 40 anos.

Na avaliação do senador, pessoas acima dessa idade têm grandes obstáculos para permanecer ou retornar ao mercado de trabalho. O projeto prevê o subsídio fiscal ao empresário que tiver pelo menos 20% dos empregados acima de 40 anos. Aelton Freitas informou que o projeto está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e tem como relator o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

MUNICÍPIOS - Papaléo Paes (PMDB-AP) protestou contra a forma de distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Segundo ele, o fundo pouco contribui para reduzir as desigualdades regionais, pois os municípios do Sudeste teriam recebido, em 2001, 34% a mais *per capita* do que os do Nordeste e 30% a mais do que os do Norte.

POBREZA - Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que a política fiscal do governo Lula mostrou o despreparo do seu “núcleo duro”, que teria seguido o caminho “mais simples”, de aumentar impostos. – O governo não devolve o que arrecada em impostos em segurança, educação e saúde – acusou.

IGUALDADE RACIAL - Paulo Paim (PT-RS) comemorou a realização da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, em Brasília, de 30 de junho a 2 de julho, com o objetivo de debater políticas públicas de combate aos preconceitos raciais. O parlamentar pediu pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, projeto de sua autoria.

Augusto: aposentadoria para dona-de-casa é justa

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) defendeu a aprovação de projeto de lei da Câmara, apresentado pela deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), que institui a aposentadoria para donas-de-casa (PLC 25/04).

Como relator da proposta – para a qual elaborou texto substitutivo –, o senador declarou que “se trata de um projeto de grande alcance social”. Ao citar pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ele afirmou que “há cerca de 20 milhões de mulheres que se

dedicam exclusivamente aos trabalhos domésticos e que não contribuem para a previdência pública”.

– A situação é preocupante, pois essas mulheres estão expostas aos riscos sociais do trabalho, mas, por não estarem filiadas ao sistema, não poderão enfrentar com qualidade de vida o declínio de sua capacidade de trabalho e acarretarão altos custos sociais no futuro, já que ficarão à mercê dos programas assistenciais do governo ou da ajuda de familiares – argumentou.

Isenção para benefícios da previdência privada

Projeto do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) isenta de Imposto de Renda na fonte e na declaração de ajuste anual os benefícios recebidos de entidade de previdência privada de janeiro de 1989 a dezembro de 1995. Sujeito a decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o projeto objetiva atender a pleito de aposentados que se consideram desprezados, em razão de terem sido tributados duas vezes.

Tourinho disse que, de janeiro de 1989 a dezembro de 1995, as contribuições para previdência privada deixaram de ser dedutíveis do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e os benefícios recebidos passaram a não ser tributados. A Lei 9.250/95 restabeleceu essa dedução, mas o parágrafo que previa a isenção agora proposta por Tourinho foi vetado pelo governo.

– É isso que o projeto que apresentei tenta corrigir – justifica o senador.

Reforma política impedirá corrupção, diz Maguito

Maguito Vilela (PMDB-GO) defendeu a reforma do sistema eleitoral como forma de impedir a repetição de casos de corrupção no país. O senador criticou o instituto da reeleição e o financiamento privado de campanhas eleitorais, por entender que ambos colocam o governo na dependência de políticos ou de empresários com objetivos contrários ao interesse público.

– No governo Fernando Collor, montou-se uma verdadeira quadrilha. No governo Fernando Henrique, tivemos escândalos e mais escândalos. O mesmo aconteceu no governo Lula. Se não tomarmos providências, isso tudo vai se repetir – alertou.

Para Maguito, a reforma política acabará com o “troca-troca” de partidos, segundo ele motivado pela oferta de vantagens como cargos, principalmente para familiares, ou dinheiro.

O senador afirmou ainda que,



GERALDO MAGELA

Maguito defende financiamento público de campanha, fidelidade partidária e fim da reeleição

por causa da reeleição, muitos governantes deixam obras importantes para o fim do governo com o objetivo de dar maior visibilidade às realizações. Ele condenou também o financiamento privado de campanhas, “talvez a principal fonte de corrupção, pois os empresários depois querem um retorno de 100% do investimento”.

NOBEL DA PAZ - Sibá Machado (PT-AC) prestou homenagem à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, uma das 52 brasileiras que estão no grupo de mil mulheres de todo o mundo indicadas para receberem, em conjunto, o Prêmio Nobel da Paz, neste ano. Ele elogiou a indicação.

NIÈDE GUIDON - A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) anunciou ter comunicado aos ministros da Justiça e da Defesa que a arqueóloga Niède Guidon, diretora-presidente da Fundação Museu do Homem Americano, vem recebendo ameaças de morte, por causa de disputas de terras. Niède pesquisa sítios arqueológicos no Parque Nacional Serra da Capivara, no Piauí, há 30 anos.

Voz do Leitor

EMIGRAÇÃO ILEGAL

“Senhores senadores, é costume no Brasil os homens públicos carregarem de despesas a República, aposentarem-se com vantagens ao final de seus mandatos, e deixarem a conta para nós, cidadãos, pagarmos. O resultado dessa iniquidade está aí. Tudo que se arrecada hoje é para as dívidas da República. Para o bem-estar do cidadão, nada! E ainda há congressistas que querem investigar por que tantos brasileiros emigram, ainda que de forma ilegal!”

Dílson Pereira, de Porteirinha (MG)

JUSTIÇA SOCIAL

“Quem sabe não tarda a fazer acontecer. E o político consciente não deixa a justiça social tardar.”

Joenilson Batista Santos, de Salvador (BA)

VOTO OPCIONAL

“Senador Eduardo Azeredo, discordo de sua afirmação sobre o voto opcional, pois acredito que não é um direito, mas sim uma obrigação e um dever.”

Luiz Antonio Góes Fraga Maia, de Salvador (BA)

NORDESTE

“Por que os parlamentares se preocupam tão pouco com os nordestinos? Há tantos senadores do Nordeste e nada é feito por esse povo trabalhador.”

Rubens de Toledo, de Quatá (SP)

APOIO AOS JOVENS

“Senador César Borges, é preciso que o governo da

Bahia invista na formação política da juventude, 65% da população mundial. Jovens como o leitor Carlino de Souza de Santos, de Sítio do Quinto (BA), autor de mensagens já publicadas nesta coluna, estão fazendo um papel brilhante nas suas cidades e conquistando toda a Bahia. Por isso, solicito a apresentação de um projeto de lei que conceda apoio político aos jovens.”

Thiago Pinto Dantas, de Olindina (BA)

LEGISLAÇÃO

“Sugiro um projeto de lei que vise tornar obrigatória a distribuição, pelas empresas empregadoras, de um exemplar da CLT e da legislação trabalhista aos seus empregados.”

Valentim Antônio Santos Lima, de Serra (ES)

ELEIÇÃO E SORTEIO

“Sugiro que um terço dos parlamentares do Senado e da Câmara possa ser escolhido por sorteio público entre os cidadãos que se candidatarem para tal modalidade, que não dá margem à compra de votos. Seria uma forma de diminuir as ocorrências desse tipo de irregularidade e dar chances a quem não tem condições de arcar com os gastos de uma campanha eleitoral.”

Alaércio Flor, de Fortaleza (CE)

RADIOBRÁS

“Solicito aos senadores que intervenham para que o serviço 0800 da Empresa Brasileira de Radiodifusão, a Radiobrás, volte a funcionar.”

José da Silva Rodrigues, de Luziânia (GO)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília - DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Marco Aurélio Bica Retegue, de Santana do Livramento (RS)

“Senadora Serys Slhessarenko, a cada ano a violência contra a mulher aumenta. Sendo assim, gostaria de saber o que o Senado Federal tem feito para combater este tipo de crime.”

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) responde:

Sobre a questão da violência contra a mulher, devo destacar que o Congresso Nacional está se empenhando muito para garantir que as mulheres tenham leis que as protejam de qualquer tipo de discriminação, preconceito e violência. Nos últimos dois anos foram aprovados no Congresso quatro projetos de lei que tratam especificamente de violência contra a mulher.

Podemos citar, como exemplo, dois deles que considero os mais emblemáticos, pois demonstram a preocupação do Legislativo com a luta pelo fim da violência de gênero e a discriminação: a Lei 10.886/04, que acrescenta parágrafos ao art. 129 do Código Penal, criando o tipo especial denominado “violência doméstica”; e a Lei 11.106/05, que altera os artigos 215, 216, 219, 220 e 231 e acrescenta o artigo 231A ao Código Penal (dispõe sobre crime contra a liberdade sexual, da sedução e da corrupção de menores, e do rapto). Outras leis aprovadas nesses dois anos são a Lei 10.714/03, que autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em nível nacional, número telefônico para atender denúncias de violência contra a mulher; e a Lei 10.778/03, que estabelece, em todo o território nacional, a notificação compulsória da violência contra a mulher atendida em serviços de saúde pública ou privada.

Há ainda vários projetos sobre o assunto tramitando no Senado, como por exemplo: PLS 134/03, apresentado pelo senador Delcídio Amaral; PLS 280/03, pela senadora Lúcia Vânia; PLS 399/03 e PLS 449/03, pelo senador Valmir Amaral; PLS 80/02, pelo senador Carlos Bezerra; PLS 67/96, pelo senador Gilvam Borges; PLS 54/05, pelo senador Antônio Carlos Valadares; PLC 23/04, pelo deputado Carlos Rodrigues; PLC 18/01, pelo deputado Professor Luizinho; e PLC 34/04, pela deputada Luiza Erundina.

PLEBISCITO SOBRE O RIO SÃO FRANCISCO

Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)

“Senador Ney Suassuna, o atual momento que vive o Congresso Nacional pode, de alguma forma, influenciar na tramitação do projeto de lei que prevê o convocação de plebiscito para decidir sobre o transporte das águas do rio São Francisco?”

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) responde:

Caro Rildo, infelizmente é possível, sim, que o projeto de transposição do rio São Francisco seja prejudicado. Isto porque tudo no Congresso está paralisado e, portanto, há grandes chances de que projetos como esse possam ser prejudicados. Além do mais, é importante lembrar que o projeto do rio São Francisco é polêmico e que há uma briga dos estados de Minas Gerais, Bahia, Alagoas e Sergipe, que se consideram donos do rio e não pensam na sede dos demais irmãos nordestinos.



Frases

“Está sendo quebrada uma tradição do partido. Vou servir de algodão entre os cristais. Mas quero informar que não muda nada. Tudo como dantes no quartel de Abrantes”

Ney Suassuna, ao discordar da opinião de seu partido, que propôs o desligamento imediato de todos os membros do PMDB que ocupam cargos no governo.

“Todos devem ter mais cautela. Tem havido a utilização exacerbada e ilegal de grampos telefônicos na fabricação de dossiês, usados para fazer chantagem”

Mozarildo Cavalcanti, ao comentar as ações da Polícia Federal.

“Sou um brasileiro normal”

Marcos Valério, ao se apresentar em depoimento à CPI Mista dos Correios.

“O que ficou muito claro é que existe uma rede de ‘arapongagem’ que já opera no Brasil há muito tempo, e não só focada em interesses comerciais dos Correios”

Delcídio Amaral, presidente da CPI Mista dos Correios, depois de ouvir os “arapongas”.

“É uma empresinha de duzentos contos, de duzentos mil réis furados, que serve para quê? Ela serve para que uma multinacional participe de licitações junto à máquina pública brasileira?”

Ideli Salvatti, ao questionar o ex-agente do Serviço Nacional de Informações (SNI) José Santos Fortuna Neves, que teria, segundo ela, constituído uma empresa, com um patrimônio de R\$ 200 mil, para fazer intermediação de licitações públicas para grandes grupos internacionais.

“Se esperava aqui um derramamento de sangue, mas isso não aconteceu. O senhor Valério não abriu o bico”

Heráclito Fortes, para quem o depoimento do publicitário Marcos Valério foi uma “grande decepção”.

“A secretária, quase sem emprego, aceitou colaborar com a CPI e foi tratada como ré. Acho equivocada a tática empregada pela bancada do governo de demolir quem vem depor”

Pedro Simon, em crítica ao comportamento dos governistas na CPI dos Correios.

Foto da Semana

O empresário Marcos Valério depôs na CPI dos Correios na última quarta. Questionado pelos parlamentares por mais de 13 horas, ele negou envolvimento com o “mensalão” ou com indicações para cargos no governo e se recusou a dar esclarecimentos sobre o destino do dinheiro retirado nos saques apontados em relatórios do Coaf. Valério depôs protegido por *habeas corpus* preventivo, concedido pelo STF, que o desobrigou de responder questões que pudessem incriminá-lo



CÉLIO AZEVEDO

O violão de Rosinha de Valença

O destaque da programação da Rádio Senado nesta semana é o *Música do Brasil*, que faz, no sábado, às 16h, uma homenagem a Rosinha de Valença, em CD organizado por Maria Bethânia e Miúcha intitulado *Namorando a Rosa*. Violonista brasileira de vanguarda, Rosinha alia técnica e sensibilidade. Exponente da bossa-nova e admiradora de moda de viola, Rosinha morreu em 2004 após ficar 12 anos em coma. Entre as músicas e intérpretes presentes no CD estão *Pedacinhos do Céu*, de Waldir Azevedo, com Rosinha de Valença; *Os Grilos São Astros*, de Rosinha de Valença, com Chico Buarque e Bebel Gilberto; *Usina de Prata*, de Rosinha de Valença, com Maria Bethânia; *Sonho Meu*, de Dona Yvonne Lara e Délcio Carvalho, com Dona Yvonne Lara e Maria Bethânia;

Rosinha, Esta Menina, de Paulinho da Viola, com Yamandú Costa, Marcelo Gonçalves, Zé Paulo Becker e Ronaldo, integrantes do Trio Madeira Brasil. O *Conexão Senado*, transmitido ao vivo toda segunda-feira às 12h pela Rádio Senado, debate as mudanças introduzidas pela Emenda Constitucional 47, que abranda os efeitos da reforma da Previdência, iniciada em 2003. Regras como paridade para alguns servidores públicos, aposentadoria para donas-de-casa e sistema especial para portadores de deficiência física são novidades incluídas na Constituição. Alguns analistas econômicos avaliam como retrocesso as alterações. O programa é ao vivo e o ouvinte pode participar por e-mail conexao@senado.gov.br; telefone (61) 3311-1261; ou fax (61) 3311-2777.

George Gershwin na TV Senado

O programa *Quem Tem Medo da Música Clássica*, da TV Senado, no fim de semana, faz uma homenagem ao compositor americano George Gershwin. Grande melodista, Gershwin começou compondo temas para musicais aos 15 anos de idade. Ao longo de sua carreira, fez centenas de canções populares para musicais da Broadway e até obras sinfônicas. O programa vai apresentar *Um Americano em Paris*, *Rhapsody in Blue* e *I've got a Rhythm*, interpretadas pela Filarmônica de Berlim, sob regência do japonês Seiji Osawa.



Um trio de jazz composto pelo exímio pianista Marcus Robert, o baterista Jason Marsalis e o baixista Roland Guérin acompanha a orquestra e apresenta interpretações originais das obras do compositor. O programa *Quem Tem Medo da Música Clássica* vai ao ar no sábado, às 10h e 18h, e no domingo, às 10h, 18h e 24h.

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões

RESENHA

A pureza das intenções e o autoritarismo brasileiro

SUELY BASTOS

Boa parte da história política nacional no período republicano pode ser caracterizada por forte centralização do poder no Executivo e pela tutela que ele exerce sobre as várias forças sociais por meio da cooptação. Nesse quadro, conforme a crítica liberal, é reservado importante papel ao líder carismático, que encarna em sua pessoa o bem público e concentra o poder de doar à nação as leis de que ela precisa para se desenvolver e integrar seus cidadãos.

Esse autocratismo, de natureza moralizadora e anti-individualista, é viabilizado em detrimento dos mecanismos de representação política – instrumentos a que a doutrina liberal atribui a capacidade de conciliar a presença dos interesses materiais na esfera pública.

Esta é a conclusão geral a que chega Ricardo Vélez Rodriguez no seu estudo sobre o *Castilhisismo: uma Filosofia da República*, um dos títulos da Coleção Brasil 500 anos, editada pelo Senado.

Longe de mera transposição da filosofia de Auguste Comte, a doutrina de Júlio de Castilhos teve realidade concreta em quase três décadas do governo de Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul, experiência em que foram forjados os homens



e as idéias que depois foram alçados ao poder nacional por meio do movimento da Aliança Liberal. Em oposição à República Velha e a um poder empalmado pelas oligarquias estaduais encabeçadas por São Paulo, com o apoio das dissidências de Minas Gerais e da Paraíba, o castilhisismo exerceu o poder a partir de 1930 – Getúlio Vargas à frente.

O livro de Vélez Rodriguez, a partir da filosofia liberal, faz a crítica das idéias e da ação dos homens que pautaram sua ação política pelo autoritarismo de Júlio de Castilhos. Homens de fato “puros de intenções”, admite o autor, mas que teriam legado ao país um arcabouço de instituições e práticas antiliberais que ainda hoje marcam a história brasileira.

Suely Bastos é socióloga e jornalista do Senado Federal. O livro *Castilhisismo: uma Filosofia da República* é editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado. Informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Como adquirir as publicações do Senado

Poucos sabem, mas o Senado possui um vasto catálogo de livros publicados pela Subsecretaria de Edições Técnicas. As obras abrangem as áreas de literatura, direito, política e cidadania e podem ser adquiridas pela Internet ou na sede do órgão, em Brasília. O diretor da subsecretaria, Raimundo Neto, destaca que as publicações do Senado oferecem ao cidadão obras importantes a um custo bastante reduzido.

– Na área de publicações técnicas, o nosso interesse é disponibilizar as coletâneas básicas. Por exemplo, temos a Constituição federal e o Novo Código Civil a preços bem menores que os praticados por editoras particulares – explica.

Já na área de interesse literário, a intenção do Conselho Editorial, presidido pelo senador José Sarney (PMDB-AP), é resgatar publicações históricas que não

atraem o mercado editorial.

Neto ressalta a importância de se divulgar as obras:

– Temos tido uma divulgação bastante eficiente. O Senado participa de várias feiras do livro em todo o país. Além disso, contamos com a ajuda da mídia.

Em 1997, o jornalista Elio Gaspari citou a obra *Textos Políticos da História do Brasil*, de Paulo Bonavides e Roberto Amaral, em sua coluna. Logo em seguida, recebemos quase 5 mil pedidos dessa obra.

Neste ano, serão lançados pela subsecretaria, vinculada à Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), mais 25 títulos. Neto anunciou ainda a inauguração da Livraria do Senado, na qual serão expostas e comercializadas as publicações do catálogo, que tem 240 títulos.

– Hoje temos apenas um balcão de atendimento onde as obras ficam expostas. A inauguração da livraria será um passo importante para os apreciadores de livros que gostam de “sentir a obra”, isto é, pegar o livro, folhear e ler as informações das contracapas, antes de comprá-lo.

Pela Internet é possível adquirir livros técnicos e obras literárias a preço baixo

Para quem não pode ir pessoalmente ao Senado, basta acessar “Catálogo de Publicações” na página do Senado (www.senado.gov.br), selecionar os títulos desejados e adicioná-los ao cesto de compras. Depois é só efetuar depósito bancário na Conta Única do Tesouro e enviar o comprovante e a lista de compra para o fax (61) 3311-4258 ou o e-mail livros@senado.gov.br. Os preços informados na Internet já incluem o valor da postagem.

Florianópolis sedia seminário do Interlegis

O 5º Seminário Regional Interlegis – Região Sul acontecerá em Florianópolis, nos dias 4 e 5 de agosto, e oferecerá palestras sobre “o papel do vereador”, “comunicação legislativa”, “processo legislativo” e “responsabilidade fiscal”. O evento contará ainda com depoimentos de servidores de câmaras municipais onde o Programa Interlegis – a Comunidade Virtual do Poder

Legislativo – está presente.

Os seminários regionais, realizados anualmente, apresentam o Interlegis a parlamentares e servidores do Legislativo. O de Florianópolis enfatizará o poder das câmaras de fiscalizar os gastos municipais, mostrando como elas podem ajudar a manter as finanças do município em dia.

O diretor de municípios do Tribunal de Contas do Estado

de Santa Catarina, João Luiz Gattringer, fará palestra sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. A assessora da Presidência do Senado Ilana Trombka falará sobre comunicação e cerimonial. O consultor da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Leonardo Noronha, vai abordar o papel do vereador, e o consultor do Senado Paulo Soares falará sobre processo legislativo.

Conheça o Senado



Reunião da CCJ em 1996. À frente, senadores Pedro Simon (E), José Fogaça, Bernardo Cabral, Francelino Pereira, Jefferson Péres e José Eduardo Dutra

CCJ está em atividade desde a primeira legislatura, no Império

Com o maior rol de competências, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) é centro de discussões de grandes temas no Senado. O Arquivo do Senado aponta a instalação da comissão – então denominada Comissão de Legislação, Justiça Civil e Criminal – na primeira legislatura (1826-1829), no Império, com três parlamentares: Barão de Alcântara, Barão de Cairu e Carneiro de Campos.

Hoje a CCJ é composta por 23 titulares e 23 suplentes, e presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

A CCJ decide sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias, que lhe são submetidas pelo Plenário e por outras comissões.

Quando a CCJ delibera que uma propo-

sição é inconstitucional e sem fundamento jurídico, ela é rejeitada e arquivada definitivamente, salvo se houver recurso.

Ressalvadas as atribuições das demais comissões, a CCJ emite parecer sobre o mérito de matérias de competência da União, como a criação de estados e territórios; estado de defesa, estado de sítio e intervenção federal; e segurança pública, entre outros temas.

Cabe ainda à CCJ manifestar-se sobre perda de mandato de senador, escolha de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e dos tribunais superiores, de governador de território e do procurador-geral da República. A comissão pode ainda propor a suspensão total ou parcial de leis declaradas inconstitucionais pelo STF.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes, Paula Pimenta e Suely Bastos

Reportagem: Cintia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici

Schwengber (61) 3311-1620

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e

Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Parlamento está aberto à sociedade

A Constituição prevê a apresentação de projetos de iniciativa popular, mas também impõe vários obstáculos para que essas propostas cheguem ao Congresso. É preciso a assinatura de no mínimo 1% do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos cinco estados, cada um deles com ao menos 0,3%.

Para democratizar o acesso da sociedade ao processo legislativo, foram criadas, na Câmara e no Senado, as comissões de Legislação Participativa. Por meio delas, associações, órgãos de classe, sindicatos e entidades da sociedade civil podem encaminhar diretamente ao Parlamento suas sugestões de proposições legislativas, o que inclui até emendas à lei orçamentária e ao Plano Plurianual.

É isso que tem feito a Associação Comunitária de Chonin de Cima (Acocci), composta pelos moradores do distrito de Governador Valadares (MG). A Acocci é a recordista em envio de sugestões e proposições aprovadas. Por iniciativa da associação, tramitam atualmente no Congresso, entre outros, o projeto de lei que determina o fim da tarifa básica de telefone e o que autoriza o asfaltamento da BR-451, que passa pela cidade mineira.

A Acocci foi criada em 1987, e desde 1997 é presidida pelo professor Fábio Persi, de 31 anos. As sugestões enviadas são escritas à mão.

Neste *Especial Cidadania*, saiba como a sociedade pode enviar sugestões e projetos ao Congresso.



Moradores de Chonin de Cima lutam pelo asfaltamento da principal via de acesso à cidade também no Congresso, por meio de proposições que apresentaram

Como sugerir leis ao Senado

A Comissão de Legislação Participativa foi aprovada no Senado por meio da Resolução 64, de 2002. Sua instalação ocorreu em fevereiro de 2003. No início de 2005, a colegiado passou a abrigar também o tema Direitos Humanos. Com isso, passou a ser a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A CDH é presidida pelo senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS). Compõem o colegiado 19 senadores titulares e 19 suplentes.

- **Quem pode fazer sugestões à CDH** – Pessoas jurídicas de direito privado (as associações e as fundações); organizações religiosas; partidos políticos sem representação no Congresso Nacional; órgãos de classe; sindicatos (o ato constitutivo tem que estar aprovado pelo Estado); e entidades científicas.
- **O que é possível encaminhar à comissão** – Qualquer sugestão ou idéia que possa ser transformada em proposição legislativa e que se enquadre na competência das comissões permanentes. Isso inclui sugestão de proposta de emenda à Constituição (PEC). A comissão recomenda que as sugestões tenham relação com a área de atuação da entidade.
- **Como enviar as sugestões** – As sugestões devem ser encaminhadas por escrito, com data e assinatura, redigidas em termos respeitosos e adequados ao processo legislativo.
- **Documentos** – A entidade deve enviar declaração de que está regularmente constituída e inscrita em cartório de registro civil competente, informando

ainda o número de registro oficial, que será tomada como prova documental, sob as penas da lei. Em caso de dúvida, a comissão pode solicitar outros documentos legais.

- **Sugestões aprovadas** – Caso a sugestão de iniciativa popular seja aprovada pela comissão, ela será transformada em proposta legislativa de autoria do colegiado. A tramitação vai depender do tipo de proposição.

O acompanhamento da tramitação das sugestões pode ser feito pela Internet, pelo Alô Senado ou por uma carta dirigida à comissão.

- **Contatos da comissão**
Senado Federal
Praça dos Três Poderes, s/nº
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, sala 4-A
70100-000 – Brasília (DF)
E-mail: scomcdh@senado.gov.br
Site: www.senado.gov.br
Tel.: (61) 3311-1856/Fax: (61) 3311-4646
Alô Senado: 0800 61-2211

Impedimentos constitucionais

É importante esclarecer que sugestões consideradas inconstitucionais não serão examinadas. Assim como matérias de iniciativa privativa do presidente da República, do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais superiores e do Ministério Público, conforme determinam os artigos 61, 73, 93, 96, 127, 128 e 165 da Constituição, ou sugestões que firam os direitos e garantias fundamentais estabelecidos no artigo 5º da Constituição.

Além disso, assuntos das esferas municipal e estadual também não podem ser objeto de lei federal. Por exemplo, a denominação de logradouros públicos e a regulamentação da cobrança de taxas e impostos municipais e estaduais, tais como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e o IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores).

Caminhos para as iniciativas populares

Sugestão de projeto de lei complementar – Para disciplinar complementarmente matéria a que a Constituição faz exigência expressa. Por exemplo, a lei que instituiu os medicamentos genéricos.

Sugestão de projeto de resolução – Para alterar o Regimento Interno da Câmara ou do Senado, ou seja, dispor sobre o funcionamento do Legislativo.

Sugestão de audiência pública ou depoimento de cidadão ou autoridade – Para convidar autoridade ou cidadão a esclarecer ou debater proposições em exame nas comissões.

Sugestão de requerimento de convocação de ministro de Estado – Para convocar ministro a prestar pessoalmente esclarecimentos sobre assunto determinado.

Sugestão de requerimento de informação a ministro – Para solicitar informações sobre determinado assunto

a ministro ou a órgãos vinculados ao ministério.

Sugestão de projeto de decreto legislativo – Para sustar (embora não possa revogar, nem anular) atos normativos do presidente da República que excedam os limites de sua competência legal. Ex.: sustar ato do Executivo sobre a idade mínima para aposentadoria.

Sugestão de projeto de código ou de consolidação – Para sistematizar, reunir, corrigir, suprimir e aditar textos legais relativos a um mesmo assunto. Ex.: Código Penal.

Sugestão de proposta de emenda à lei orçamentária e a seu parecer preliminar – Para sugerir despesas e investimentos da União, tais como a construção de creches. Cada comissão pode apresentar somente cinco emendas ao projeto de lei orçamentária, sem limite de valor.

Sugestão de proposta de emenda ao

ganização apresente seu registro em cartório ou em órgão do Ministério do Trabalho. E também documento legal que comprove a composição da diretoria efetiva e os responsáveis, judicial e extrajudicialmente, pela entidade, à época da apresentação da proposta de lei (outros documentos podem ser solicitados pela comissão).

- **Sugestões aprovadas** – Caso a sugestão seja aprovada pelos deputados do colegiado, ela será transformada em proposta legislativa de autoria da comissão. A tramitação vai depender do tipo de proposição.

O acompanhamento da matéria pode ser feito pela Internet, na comissão ou pelo Disque Câmara.

- **Contatos da comissão**
Câmara dos Deputados
Praça dos Três Poderes, s/nº
Comissão de Legislação Participativa
Anexo II, Ala A, 1º andar, salas 121 e 122
70160-900 – Brasília (DF)
E-mail: clp.decom@camara.gov.br
Site: www.camara.gov.br
Tel.: (61) 3216-6692 – Fax: (61) 3216-6699
Disque Câmara: 0800 619-619

